



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC
FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FAGED

**LUTAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO NA COMUNIDADE QUATRO VARAS: UMA
ANÁLISE NA PERSPECTIVA VIGOTSKIANA**

ROSELENE SILVA TEIXEIRA

Fortaleza – CE

2017

ROSELENE SILVA TEIXEIRA

**LUTAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO NA COMUNIDADE QUATRO VARAS: UMA
ANÁLISE NA PERSPECTIVA VIGOTSKIANA**

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciatura Plena em Pedagogia.

Orientadora: Dra. Francisca Maurilene do Carmo

Fortaleza- CE

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- T2691 Teixeira, Roselene Silva.
Lutas sociais e educação na Comunidade Quatro Varas : uma análise na perspectiva vigotskiana /
Roselene Silva Teixeira. – 2017.
84 f. : il. color.
- Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação,
Curso de Pedagogia
, Fortaleza, 2017.
Orientação: Profa. Dra. Francisca Maurilene do Carmo.
1. Interações. 2. Educação. 3. Lutas sociais. I. Título.

CDD 370

ROSELENE SILVA TEIXEIRA

**LUTAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO NA COMUNIDADE QUATRO VARAS: UMA
ANÁLISE NA PERSPECTIVA VIGOTSKIANA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação/UFC como exigência parcial para obtenção do diploma de Pedagoga.

Orientadora: Prof.^a Dra. Francisca Maurilene do Carmo.

Aprovada em ____/____/____.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Francisca Maurilene do Carmo (Orientadora)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dra Josefa Jackline Rabelo
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Luís Távora Furtado Ribeiro
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Dedico este trabalho a todos que fazem parte da história da Comunidade Quatro Varas e que participaram ativamente na construção deste novo, constituindo uma comunidade organizada, bem como à todas as crianças que passaram pela Escolinha Comunitária Padre Henrique no decorrer de toda essa trajetória de trabalho.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus por me conduzir na decisão pelo curso de Pedagogia e permitir que tudo isso se concretizasse, não somente nestes anos como universitária, mas, desde a minha decisão por trabalhar com as crianças, sendo Ele sempre, o meu mestre.

À Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, seu corpo docente, direção e administração, que me proporcionaram um ambiente onde a troca de saberes e a construção do conhecimento ocorre de forma dinâmica, criativa e amigável, sustentada pela confiança no mérito e ética aqui presentes.

À minha mãe, Maria da Silva Teixeira, heroína que me deu apoio, incentivo nas horas difíceis, de desânimo e cansaço.

Ao meu pai, José Sousa Teixeira, que apesar de todas as dificuldades me fortaleceu com o seu exemplo e determinação, que foi para mim muito importante.

À minha família, base de tudo, que esteve sempre presente nos momentos em que precisei, especialmente a minha irmã Rosemeire da Silva Teixeira.

À minha orientadora, Francisca Maurilene do Carmo, pela confiança, sensibilidade e apoio. Sou imensamente grata pela tranquilidade e afeto com que me orientou como bolsista no PIBIC e durante a elaboração deste trabalho.

Ao meu primeiro orientador, Francisco Ari de Andrade, que me acolheu e orientou como bolsista do PIBIC nos primeiros anos da minha carreira acadêmica.

À Júlia de Fátima Santos da Silva pela parceria na realização das pesquisas como bolsista PIBIC, bem como nos trabalhos construídos durante esse processo.

Aos amigos Aline, Antônia Dulcineia, Cibele Jucá, Elisabete Siqueira, Luciana Januário, Manoela Rodrigues, Paula Rejane, Paulo Pessoa, Sângela Régia, Scarlat Maciel, Sabrina Sales, Thais Xavier e demais companheiros de trabalhos e irmãos na amizade que fizeram parte da minha formação e que vão continuar presentes em minha vida com certeza.

Aos professores, Josefa Jackline Rabelo e Luís Távora Furtado Ribeiro, pela docilidade e companheirismo ao formar, permitindo um olhar que nos conduz para além docência, mas, também à amizade.

Ao professor Rui Rodrigues Aguiar junto a turma de Estágio: organização e gestão de sistemas escolares II, pela dedicação e empenho em contribuir com a construção de uma proposta pedagógica bem elaborada para a Escolinha Comunitária Padre Henrique.

A todos que fazem a Escolinha Comunitária Padre Henrique, bem como seus colaboradores, que me incentivaram e apoiaram na realização desse grande sonho de minha vida (cursar o nível superior na Universidade Federal do Ceará), principalmente, por compreender-me nos momentos em que precisei me fazer ausente em vista da minha formação acadêmica.

Ensinar é um exercício de imortalidade.

*De alguma forma continuamos a viver
naqueles cujos olhos aprenderam a ver o
mundo*

*Pela magia da nossa palavra. O professor,
assim, não morre jamais.*

(Rubem Alves)

*[...] pois será como a árvore plantada junto a
ribeiros de águas, a qual dá o seu fruto no seu
tempo; as suas folhas não cairão, e tudo
quanto fizer prosperará.*

(Salmo 3, 1)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo resgatar a história da comunidade Quatro Varas, suas lutas sociais e o processo educativo, no período que compreende os anos 1980 aos dias atuais. Nessa perspectiva, investigamos e recuperamos as lutas sociais travadas nesta comunidade, assim como, a influência destas sobre a educação dos sujeitos, partícipes no processo de ocupação de terras, precisamente, no ano de 1986. Para cumprir os objetivos da nossa investigação, realizamos entrevistas com sujeitos envolvidos nessa construção histórica e análise de documentos que comprovam a legitimidade de tais ações, na construção do novo, que se constituiu uma comunidade organizada. Com aporte teórico no referencial marxiano, a expressão da psicologia histórico-cultural, concebemos o trabalho como fundamento do ser social, bem como, a relevância das interações sociais na constituição do sujeito e na apropriação de conhecimentos, que, segundo Vigotski, possibilitam ao homem a condição de alçar a categoria de partícipe do gênero humano. Nessa perspectiva, efetuamos um levantamento sobre as ações realizadas pelo homem na área de ocupação de terras, dentro do contexto das lutas sociais travadas da favela do grande Pirambu à Barra do Ceará, com foco na comunidade Quatro Varas, evidenciando que esse processo fora marcado pela participação popular que forjou a implantação de políticas públicas implementadas pelo Estado. Por fim, concluímos que essas interações, envolvendo as lutas sociais, possuem estreita ligação com o processo educativo dos sujeitos e constituem o ser social.

Palavras-chave: lutas sociais; educação; interações

ABSTRACTS

Das Ziel der vorliegenden Arbeit ist es, die Geschichte von Quatro Varas, einem Stadtteil von Fortaleza, zu beleuchten, wobei sich der Schwerpunkt darauf konzentriert, die sozialen Konflikte und den edukativen Prozess aufzuzeigen, beginnend von den 80er Jahren bis heute. Unter diesem Blickwinkel gehen wir den sozialen Konflikten auf den Grund, die sich wie ein roter Faden durch den Stadtteil ziehen. Zugleich loten wir den Einfluss dieser Auseinandersetzungen auf die Bildung der Bewohner aus, die gleichzeitig Mitwirkende in dem Prozess der Landbesetzung sind, insbesondere im Jahr 1986.

Um die Ziele unserer wissenschaftlichen Forschung zu erreichen, führten wir Interviews mit den Bewohnern durch, die Teil dieses historischen Gefüges waren. Außerdem analysierten wir Dokumente, die die Rechtmäßigkeit von derartigen Aktionen bestätigten, durch die letztendlich etwas Neues entstand: ein organisierter Stadtteil mit gemeinschaftlich agierenden Bewohnern.

Mit theoretischem Bezug auf Marx und auf die kulturhistorische Psychologie (nach Vigotski) verfassten wir diese Arbeit nicht nur als Grundlage für den Menschen als soziales Wesen sondern auch um die Bedeutung der sozialen Interaktionen in der Entwicklung des einzelnen Menschen darzulegen sowie die Aneignung von Kenntnissen, die laut Vigotski es jedem Menschen ermöglichen, seine Fähigkeiten zur aktiven Mitwirkung einzusetzen

Unter diesem Hintergrund führten wir eine Erhebung durch über die Aktionen der von in diesem besetzten Stadtteil lebenden Menschen. Diese liegt innerhalb des Kontextes der sozialen Konflikte, die sich in der Favela von dem gesamten Gebiet von Pirambú, das an der Küste der Barra von Ceará liegt, wie ein roter Faden durchgezogen haben, wobei der Fokus auf dem Stadtteil Quatro Varas liegt. Dieses zeigt auf, dass der gesamte Prozess gekennzeichnet ist durch die stetige Teilnahme des Volkes, das eingefordert hat, dass bereits im brasilianischen Staat vorhandene Gesetze umgesetzt werden.

Schließlich beenden wir die Arbeit damit, dass diese Interaktionen, die die sozialen Konflikte mit einbeziehen, eine direkte Verbindung mit dem Prozess der Mitwirkung eines mündigen und verantwortungsbewussten Staatsbürgers besitzen.

Schlüsselwörter: soziale Konflikte, Erziehung und Bildung, Interaktionen

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. O TRABALHO: CATEGORIA FUNDANTE DO SER SOCIAL	15
2.1. Conceito de Sociedade.....	17
2.2. Conceito de Educação.....	19
2.3. Escolas Comunitárias: tecendo considerações.....	23
2.3.1. Consciência e Discussão Escolar: garantir à apropriação do conhecimento.....	24
3. HISTÓRIA DA COMUNIDADE DE QUATRO VARAS	27
3.1. A ocupação das terras.....	31
3.1.1. Conceito de comunidade.....	34
3.2. A necessidade de criar-se uma escola na área para alfabetizar.....	36
3.2.1. Relatos e experiências vivenciadas no âmbito escolar.....	45
3.3. A criação de um Posto de Saúde.....	48
3.4. Urbanização das terras ocupadas.....	50
4. A EDUCAÇÃO INFANTIL E SUAS CONTRIBUIÇÕES NA FORMAÇÃO DE UMA SOCIEDADE NOVA	53
4.1. As contribuições da educação no contexto da comunidade Quatro Varas para a formação de sujeitos autônomos e de uma sociedade emancipada.....	56
4.2. Distribuição das crianças por faixa etária, gênero, raça/etnia, deficiência e território, atendidas na Escolinha Comunitária Padre Henrique em 2017:.....	60
4.3. Perfil das Famílias atendidas na Escolinha Comunitária Padre Henrique em 2017.....	62
4.4. Perfil da Comunidade de aprendizagem atendida na Escolinha Comunitária Padre Henrique.....	63
4.5. Localização territorial.....	64
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
REFERÊNCIAS	69
APÊNDICES – ROTEIROS DE ENTREVISTAS E TERMOS DE AUTORIZAÇÃO	71
Roteiros de entrevistas.....	71
Termos de autorização para uso de imagens.....	72
ANEXOS – IMAGENS DE TRABALHOS E DOCUMENTOS DA INSTITUIÇÃO	75
Imagens dos trabalhos elaborados pelas crianças alemãs no intercâmbio com crianças da Escolinha Comunitária Padre Henrique.....	75
Documentos da instituição.....	82

1. INTRODUÇÃO

A presente monografia trata-se de uma análise investigativa acerca da temática “Lutas sociais e educação na comunidade Quatro Varas: uma análise na perspectiva vigotskiana”, com aporte teórico e documental que confere autenticidade ao resultado da pesquisa, bem como ao trabalho construído para este fim. Analisaremos as influências geradas pelas lutas sociais na educação de crianças da comunidade Quatro Varas, no bairro Barra do Ceará da cidade de Fortaleza - CE, e os seus reflexos na vida da população envolvida, no que concerne ao desenvolvimento humano e ao processo educativo desses sujeitos. O objetivo da nossa investigação é evidenciar como os trabalhos realizados nos anos 1980 aos dias atuais, na referida comunidade, influenciaram ou não a educação das crianças pertencentes a essa comunidade; quais as ações realizadas no que concerne à educação? Como essas ações influenciam na formação dos sujeitos?

Considerando a relevância das interações sociais na constituição do ser social a partir da apropriação de conhecimentos que, segundo Vigotski, constituem o homem até a fase adulta, inferimos que essas relações, envolvendo as lutas sociais, contribuem com a formação do sujeito, possuindo grande relevância quando este tem o seu direito à educação resguardado e, desse modo, recebe de forma direta e intencional elementos para sua formação humana e intelectual. De acordo com a perspectiva vigotskiana, “por si só, a criança não se apropria qualitativa e quantitativamente dos conhecimentos desejáveis que alcança por meio de interações profícuas com os elementos mais experientes do seu grupo social” (MARTINS, 1997, p. 115).

Além disso, sabemos que muitas são as razões que levam homens e mulheres a estarem envolvidos nas lutas sociais e assim tornarem-se sujeitos da sua própria história. Nesse sentido, venho recuperar momentos importantes da história dessa comunidade, representada por uma classe social de extrema pobreza, onde tudo lhes faltava, inclusive o essencial, porém havia entre eles um objetivo em comum que os unia e impulsionava na busca da transformação daquela realidade de miséria. Pretendemos evidenciar com esta pesquisa e trabalho as transformações realizadas pelo homem por meio de suas ações naquela área de ocupação de terras.

Nesse contexto de pobreza alguns se descobriram lideranças comunitárias e trabalharam por muitos anos na busca dos direitos de todos. Vale ainda ressaltar a importância

desses trabalhos na fundação da referida comunidade pela conquista do direito das crianças receberem educação e amparo social. Nesse sentido, venho inicialmente realizar um resgate histórico dos acontecimentos que trouxeram experiências significativas a um povo.

De posse do conhecimento que o trabalho dá origem ao ser social, conforme a teoria marxiana, bem como da necessidade que leva muitos sujeitos, trabalhadores e pais de família a luta pela subsistência, vimos desenvolver essa pesquisa elencando pontos importantes da trajetória de um povo, e evidenciar quais os benefícios foram adquiridos por meio do trabalho desenvolvido através destes, utilizando como fonte de pesquisa relatos e entrevistas dos partícipes dessa história, além da documentação já adquirida em *locus*.

É nessa perspectiva que inicio o referido trabalho, apresentando alguns exemplos, como é o caso da ocupação de terras realizada no ano de 1986 no bairro Barra do Ceará, onde muitas famílias se apossaram das terras que, anteriormente, pertenciam a uma indústria de couro, todavia, naquele tempo haviam sido desocupadas. Assim, fundaram a Comunidade Quatro Varas, onde muitos trabalhos foram realizados na busca da urbanização daquelas terras, entre eles à fundação de uma escola comunitária.

Inicialmente realizamos um estudo teórico bibliográfico durante os meses de junho e julho de 2017 acerca da perspectiva vigotskiana na sua concepção de homem e sociedade, entre outros teóricos que trazem em seus escritos contribuições significativas para nossa pesquisa.

Em seguida, realizamos um levantamento dos primórdios documentais da área de ocupação que deu origem a nossa pesquisa, bem como dos patrimônios construídos no desenvolver dessas lutas sociais. E, a partir desse levantamento, pesquisamos quais ações foram realizadas na urbanização das terras, as suas respectivas finalidades e quais delas eram voltadas à educação. Para isso, entramos em contato com os integrantes dessa comunidade, partícipes e protagonistas dessa história, com o objetivo de colher entrevistas e depoimentos acerca da construção histórica dessa comunidade, realizando um levantamento de todos os fatos e atividades realizadas.

A referida pesquisa realizou-se na Comunidade Quatro Varas, situada no já citado terreno de ocupação do bairro oficializado como Barra do Ceará na cidade de Fortaleza - CE, que é também uma extensão da favela Pirambu¹. Na medida em que recebemos permissão dos líderes comunitários, bem como dos atuais responsáveis pelos prédios construídos na época

¹ Considerada a maior favela do Ceará e sétima maior do Brasil, se formou na década de 1930, no contexto em que as favelas se proliferaram em nossa cidade devido ao aumento do fluxo migratório. Seu nome é homônimo de um peixe que existia no local, mas foi extinto. Disponível em: <http://tribunadoceara.uol.com.br/especiais/meu-nome-e-favela/> Acesso em: 02/12/17.

da ocupação para o benefício comum dos membros da comunidade, buscamos os sujeitos envolvidos nessas lutas de forma direta ou indireta a fim de evidenciar os trabalhos voltados à educação dos sujeitos bem como perpetuar a memória da referida comunidade.

De posse dos documentos que trazem a origem das instituições construídas em benefício da referida comunidade, nos dedicamos a pesquisa em *lócus* no interstício de agosto a outubro de 2017, com o intuito de realizar a análise dos documentos e aprofundar os conhecimentos acerca do trabalho desenvolvido naquele local, bem como realizar entrevistas com os moradores mais antigos, que possuem em suas memórias as experiências vivenciadas no decorrer da história e podem transmiti-las, recuperando, assim, a história da comunidade.

A partir dos relatos dos mais antigos fomos a campo em busca dos sujeitos que foram alcançados com esse trabalho, ou seja, das crianças da época que atualmente são pessoas adultas e/ou jovens atuantes na sociedade vigente, pois consideramos que estes sujeitos trazem em suas memórias fatos e acontecimentos importantes dessa história. Nessa perspectiva, realizamos um levantamento acerca das influências geradas das lutas sociais na educação desses sujeitos.

Realizamos um aparato histórico da Comunidade Quatro Varas colhendo informações e experiências de grande relevância a partir dos relatos de sujeitos protagonistas no movimento de ocupação das terras da referida comunidade entre outros trabalhos desenvolvidos na área de ocupação, dando ênfase a educação, apresentamos ainda relatos de pessoas que passaram pela escola comunitária fundada na época.

Com base na teoria vigotskiana realizamos a análise dos dados coletados e a revisão da documentação existente em *lócus*, no período de outubro a novembro de 2017, elencando pontos importantes nesse trabalho para a formação dos homens, enquanto seres sociais, e na construção de uma sociedade emancipada, bem como as influências e contribuições trazidas por meio destas ações à vida dos sujeitos pertencentes aquela área e, por fim, o resgate da história desse povo de forma documentada e publicada para que a partir dessas experiências e ações outros sujeitos possam, de posse desses conhecimentos, desenvolver projetos e ações em benefício da sociedade.

2. O TRABALHO: CATEGORIA FUNDANTE DO SER SOCIAL

Com base nos estudos já realizados acerca da teoria marxiana é sabido que a categoria trabalho dá origem ao ser social, isto é, por meio do trabalho, em sua necessidade de produzir a própria existência, o homem transforma a natureza por meio de suas ações portadoras de uma intencionalidade.

Os seres humanos possuem a capacidade de projetar determinada ação antes mesmo de executá-la, comprovando, assim, sua peculiaridade diante das demais espécies que simplesmente se adaptam a natureza, enquanto o homem possui em si a capacidade de transformá-la e desse modo transforma a si próprio.

Por meio da atividade do trabalho o homem põe em prática a sua capacidade criadora e vai se descobrindo como um ser pensante que produz em si e nos outros estímulos que elevam a sua natureza tornando-o capaz de construir relações e por meio destas transformar o mundo a sua volta. Desse modo, a sociedade se formou por meio das relações criadas pelo homem que, em sua existência, foi construindo um processo histórico rico de experiências e conhecimentos que passam as gerações futuras meios para dar continuidade a humanidade. Assim, a história da humanidade é construída pelos próprios homens que exercendo a sua capacidade criadora e transformando o mundo natural atribuem um novo significado aos elementos já existentes.

Conforme Marx *apud* Lessa e Tonet (2011), todo o trabalho construído pelo homem possui uma dimensão social, pois ao construir um novo objeto toda a sociedade se encontra frente a este e assim abrem-se novas possibilidades de desenvolvimento à sociedade que evolui em conformidade com os indivíduos que se encontram inseridos nela.

Nesse sentido, todo conhecimento gerado torna-se útil para a construção de novos conhecimentos e cria novas situações em que a criação realizada pelo homem passa a ser mais aprimorada. Desse modo, toda ação realizada pelo homem no desenvolvimento de qualquer atividade possui uma dimensão social, pois os conhecimentos adquiridos por este em sua ação serão transmitidos à outras gerações, produzindo assim uma cultura e uma história. Logo, os conhecimentos utilizados na criação de um objeto certamente partiram do resultado de outras experiências passadas e serão transmitidos a outros para experiências futuras. Por isso, podemos dizer que o homem é um ser socialmente construído por meio da atividade do trabalho, fruto de uma cultura existente e de conhecimentos historicamente produzidos.

Nessa perspectiva podemos afirmar que os trabalhos realizados na comunidade Quatro Varas partem da necessidade genuína de um povo. Tais trabalhos visam, inicialmente, atender

as necessidades de abrigo e moradia de sujeitos desprovidos de bens materiais e amparo social. Para garantir a sua sobrevivência estes ocupam as terras onde havia uma indústria denominada CIMPELCO - Companhia de Peles de Couro, desativada, pois os proprietários abriram falência. De posse dessa informação ocuparam as terras, construíram barracos de madeira, plástico, papelão, em condições de extrema pobreza, para abrigar as suas famílias. A luta pela sobrevivência e estadia de homens e mulheres emplacaram muito trabalho, além dos embates com a polícia pela ocupação das terras em questão, pois, mesmo estando desocupadas, não foram cedidas com facilidade ao povo, muitas foram as represálias e lutas sociais.

Na luta pelo direito a abrigo e moradia, aqueles sujeitos transformaram não apenas o ambiente em que estavam, mas, conforme a teoria de Marx acerca do trabalho, essas ações desenvolvidas pelos homens trouxeram também grandes mudanças aos indivíduos que estavam naquele local.

Conforme a teoria vigotskiana é por meio das ações que o homem realiza em um determinado ambiente que as suas funções psicológicas elementares tornam-se funções psicológicas superiores, como é o caso da linguagem, percepção, atenção, memória e o pensamento.

As funções elementares têm como característica fundamental o fato de serem total e diretamente determinadas pela estimulação ambiental. No caso das funções superiores, a característica essencial é a estimulação autogerada, isto é, a criação e o uso de estímulos artificiais que se tornam a causa imediata do comportamento (Vigotsky, 2007, p. 33).

O referido autor em seus escritos afirma que “todas as funções superiores se originam das relações reais entre indivíduos humanos” (Vigotsky, 2007, p.58). Sendo assim, podemos afirmar que as relações existentes nas lutas sociais estabelecidas entre os membros da comunidade Quatro Varas são de grande relevância em seu processo formativo, enquanto ser social.

Diante das manifestações do homem naquela realidade conflituosa, muitos foram os momentos de encontros e reuniões na busca da solução de problemas, estimulando outros a tomarem consciência da sua real situação e frente a ela encontrarem meios para assumir uma postura ativa em sociedade.

Nessa perspectiva, Vigotski em seus estudos dá ênfase a relevância das interações do sujeito-sujeito e sujeito-ambiente, pois a atividade do trabalho complexifica as funções psicológicas dos indivíduos tornando-as superiores. A linguagem verbal constitui-se a partir da construção do pensamento que, no caso dos ocupantes de Quatro Varas, a todo momento

era estimulada em reuniões e encontros com os líderes comunitários da área de ocupação. Vale ressaltar que essa capacidade de usar o pensamento diante de situações-problemas só é possível em seres dotados de uma consciência, capazes de organizar o próprio comportamento, realizando uma prévia-ideação e projetando as suas ações antes mesmo de realizá-las, isto é, somente os seres humanos são capazes de realizar essa ação teleológica.

Entretanto, será por meio das histórias desses sujeitos, contadas e explicitadas em entrevistas, que chegaremos as devidas conclusões para esse trabalho.

2.1. Conceito de Sociedade

Sabemos que a criação de elementos e os acontecimentos históricos repassados pelo homem de geração em geração dão origem a sociedade, pois esta constituída por sujeitos históricos permanece em movimento constante na construção do novo que gera a evolução da humanidade. Desse modo, conforme Lessa e Tonet (2011, p. 25), “os conhecimentos adquiridos por um indivíduo tendem a se tornar patrimônio de toda sociedade. [...] O que era de domínio de apenas uma pessoa torna-se de toda humanidade.”

Em contrapartida à transmissão/apropriação ativa do conhecimento benéfica à constituição da sociedade humana, a busca exacerbada do homem pelo poder tem causado a escravidão, a miséria, a prostituição, as doenças, o crime, entre outros pontos de influência negativa à evolução da sociedade, pois, diferentemente do objetivo do trabalho no comunismo primitivo, no qual todo o trabalho realizado objetivava a subsistência dos indivíduos e de seus pequenos bandos, não havendo nenhuma exploração do homem por seu semelhante nem mesmo divisão de classes sociais, com a chegada do excedente e sua apropriação privada, o homem segue na busca dos seus próprios interesses entre os quais podemos citar a conquista da propriedade, a posse dos meios de produção e a violação dos cofres públicos.

No evolver histórico, a humanidade já experimentou diferentes formas de organização da produção passando pela escravidão do homem pelo homem; pelo modo de produção feudal, no qual o homem tinha parte no produto da sua força de trabalho, habitando nas terras dos senhores feudais como servos e, segundo Lessa e Tonet (2011, p. 62), aumentando a produção no “desenvolver de novas ferramentas, novas técnicas produtivas, novas formas de organização do trabalho coletivo [...]” a partir do interesse de melhorar também a parte que lhe cabia na produção; em seguida, o modo de produção industrial, com a expansão do comércio até a Europa e a separação de classes em burguesia e proletariado, nas quais

predominava a exploração da mão de obra e a produção da mais-valia, passa a ser dominada pelas regras e interesses do sistema capitalista.

Atualmente, as desigualdades sociais ainda são muito presentes na realidade do povo brasileiro, pois “para o indivíduo típico dessa sociedade, a coletividade nada mais é do que o instrumento para o seu enriquecimento pessoal” (LESSA e TONET 2011, p. 66) e, concomitantemente ao avanço tecnológico e produtivo. Com o desenvolvimento das forças produtivas, surge a barbárie e a competição violando os direitos de muitos a terem condições básicas para a sua sobrevivência e reduzindo a força de trabalho a simples mercadoria. Dentro desse processo, há um dualismo na educação no qual o sistema capitalista exige que a classe trabalhadora possua a necessidade de buscar certa capacitação para o trabalho, pois este exige que os indivíduos realizem em seu cotidiano atividades cada vez mais complexas e, para isso, necessitam de conhecimentos específicos que, por sua vez, desvalorizam o trabalho humano cedendo lugar ao maquinário produzido. Conforme os autores “a existência de indivíduos mais capacitados, por sua vez, é uma das condições para que a sociedade continue na sua evolução.” (2011, p. 73).

Desse modo, pode-se afirmar que o capitalismo com suas contradições trouxe consigo um retrocesso para o desenvolvimento da humanidade, pois enquanto no comunismo primitivo o trabalho realizado pelo homem era coletivizado, atualmente, com o capitalismo, o trabalho é tido como forma de exploração do homem pelo homem, de modo persuasivo e muitas vezes violento, ferindo os direitos humanos, pois enquanto alguns não possuem o necessário para a sua subsistência outros acumulam riquezas para si.

Com tudo isso, muitos são os fatores prejudiciais a ascensão do homem diante de um contexto socioeconômico de tamanha desvirtuação. Ademais, embora a educação de qualidade seja um direito constitucional, conferido a todos, tem deixado a desejar diante da grande demanda desproporcional aos recursos oferecidos pelo governo, que comprometem a qualidade do ensino bem como a sua oferta. Eis a razão pela qual os movimentos sociais tiveram que contribuir de forma ativa nas medidas assistencialistas criadas pelos governos nos anos 1980.

Nesse contexto, esses movimentos recebem a difícil tarefa de, enquanto sociedade civil e atuantes na área da educação, buscarem meios para oferecer uma educação emancipadora também às classes populares, pois, a elite já está assegurada nesse direito a partir do dualismo educacional existente que oferece a referida classe social uma educação com bases teóricas e uma formação voltada para pensar, enquanto às massas é oferecida uma educação que visa as demandas do capitalismo, ou seja, a mão de obra.

Na concepção de Carneiro (1987, p.83) acerca da finalidade da educação, este afirma que, “como fato social, a educação é balizada pelo interesse da sociedade em incorporar todos os seus membros à moldura social vigente (instituições, relações econômicas, conhecimentos científicos etc.)” e se refere ao método pedagógico como uma função da cultura existente. Sendo assim, entende-se que a educação sofre influências do meio social e cultural no qual é realizada, pois reproduz a cultura já existente de geração em geração. O autor concebe que é a comunidade quem educa as gerações enquanto a instituição escolar apenas organiza as informações. Segundo Durkheim (s/d *apud* CARNEIRO, 1987, p. 84),

É a sociedade como um todo e cada *milieu* social particular que determinam o ideal que a educação realiza. A sociedade só pode sobreviver se entre seus membros existir um suficiente grau de homogeneidade; a educação perpetua e reforça essa homogeneidade ao fixar na criança, desde o início, as semelhanças essenciais que a vida coletiva exige.

Carneiro (1987) complementa que nesta mesma ótica Mannheim discorre sobre a importância de considerar o contexto no processo educativo e a sua finalidade, pois ambos são orientados pela sociedade, observando os sujeitos envolvidos, como: “Quem ensina a quem, para que sociedade, quando e como, de acordo com a articulação uma vez que dada às questões sociológicas”. Tais considerações denotam que a educação está atrelada a subjetividade humana, as suas percepções, concepções e construções, pois esta vai sendo construída a partir de uma cultura já elaborada. Desse modo, a educação passa a ter mais sentido e significado para os sujeitos quando estes possuem a sua função social.

2.2. Conceito de Educação

Conforme Saviani (1992), a educação trata-se de uma atividade fundamental a constituição do homem. Nesse sentido, a educação refere-se à “produção de ideias, conceitos, valores, símbolos, hábitos, atitudes, habilidades. Numa palavra trata-se da produção do saber, seja do saber sobre a natureza, seja do saber sobre a cultura, isto é, o conjunto da produção humana (1992, p. 20)”.

Nessa perspectiva, o trabalho educativo trata-se do “ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (SAVIANI, 1992, p. 21). Para Carneiro, “a educação é a busca do homem inconcluso. O *pleno exercício* de humanizar-se inclui uma *relação plena* indivíduo-comunidade” (1987, p. 86). Afirma ainda que, quando esse processo não ocorre, há uma humanização atrofiada ou desumanização.

Conscientes da importância da educação na constituição do homem, a comunidade Quatro Varas assume a tarefa de transmitir o conhecimento histórico à sociedade preservando a memória histórica desse povo. Nesse sentido, podemos ainda elencar alguns pontos importantes no que concerne à educação considerando os trabalhos realizados na referida comunidade.

A partir dos conceitos apresentados por Saviani (1992) e Carneiro (1987) sobre a educação, inferimos que há neste ambiente um processo educativo, pois, na medida em que as interações profícuas das lutas sociais existentes no referido terreno de ocupação são promotoras de saberes e das trocas de experiências, o novo é construído, como por exemplo, a construção de uma escola comunitária, fundada na época para atender as crianças da comunidade e alfabetizá-las. Compreendemos ainda que esse novo constituído no trabalho educativo promove mudanças significativas nos sujeitos e na sociedade como um todo.

Ademais, a dimensão social existente no trabalho do homem produz conhecimentos e aprendizagens que resultam no desenvolvimento intelectual dos sujeitos envolvidos, pois a aprendizagem conforme Vigotski *et al* (2014) é uma fonte de desenvolvimento.

No que concerne à educação ofertada às crianças na escola comunitária, sabemos que durante o período pré-escolar a criança encontra-se em processo de aprendizagem, ao mesmo tempo que, está em fase de desenvolvimento em todos os seus aspectos. Nos estudos realizados acerca dessa temática, Vigotski *et al* (2014) apresenta tais processos como distintos, porém relacionados, e assegura que a criança que frequenta a escola tem impulsionado os referidos processos, estando a aprendizagem como parte determinante dessa articulação.

Conforme os autores “o processo de maturação prepara e possibilita um determinado processo de aprendizagem, enquanto o processo de aprendizagem estimula, por assim dizer, o processo de maturação e fá-lo avançar até certo grau” (2014, p.106). Desse modo, inferimos que a aprendizagem que, por sua vez, irá provocar no indivíduo mudanças em seu comportamento, contribuirá de forma efetiva com o seu desenvolvimento geral, de modo que a aprendizagem leva o indivíduo a dar um salto maior em seu desenvolvimento, isto é, o desenvolvimento provocado pelo processo de aprendizagem no sujeito alcança proporções maiores que a própria aprendizagem.

Nesse sentido, a aprendizagem escolar dá um curso totalmente novo ao processo de desenvolvimento da criança. No entanto a aprendizagem da criança inicia bem antes da idade escolar, pois esta traz consigo uma pré-história, isto é, experiências do seu cotidiano que lhe proporcionaram aprendizagens significativas. Tais experiências precisam ser consideradas no

processo de ensino-aprendizagem da criança, pois, por meio dessas experiências trazidas ao ambiente de aprendizagem, pode torná-lo mais significativo. Desse modo, o educador deve buscar apresentar signos e símbolos ao educando possibilitando a associação da criança à realidade existencial do seu cotidiano, bem como contextualizar essa realidade aos conteúdos abordados dando, assim, uma melhor compreensão à criança das vivências em sociedade.

Inúmeras são as possibilidades de realizar uma educação emancipadora com a criança que, em processo de desenvolvimento, está a formar seus conceitos, valores e conhecimentos, fazendo-a perceber as suas potencialidades como também experimentar situações que denotem o contexto social, econômico, cultural, entre outros, da nossa sociedade, tornando-as sujeitos atuantes. Arce (2013, p. 97) afirma que um modo da criança “participar da vida social dentro das suas possibilidades cognitivas, físicas e emocionais que possui para aquele momento do seu desenvolvimento” é a atividade de brincar.

Conforme a periodização do desenvolvimento infantil² formulada a partir da teoria vigotskiana, na faixa etária da pré-escola a atividade dominante da criança é a brincadeira, na qual realizam o jogo protagonizado e/ou jogo de papéis sociais (ELKONIM, 2000 *apud* ARCE, 2013), isto é, imitam as ações dos adultos, experienciadas em sua imaginação. “[...] Portanto, este brincar é ao mesmo tempo faz de conta, mas também é real e objetivo por reproduzir uma situação real” (ARCE, 2013, p. 98).

Ressaltamos que, a aprendizagem não se resume a um conjunto de hábitos adquiridos, mas, trata-se de uma fonte de desenvolvimento. Desse modo, “o intelecto não é precisamente a reunião de determinado número de capacidades gerais - observação, atenção, memória, juízo etc. - mas sim a soma de muitas capacidades diferentes, cada uma das quais em certa medida, independente das outras.” (VIGOTSKI *et al*, 2014, p.108).

Logo, o processo de aprendizagem está devidamente ligado ao processo de desenvolvimento dos sujeitos por meio do desenvolvimento de suas funções psíquicas. No concernente ao desenvolvimento de tais funções, a partir da teoria de Vigotski (2007), a princípio estas fazem parte do sujeito em suas relações com o meio natural, sendo que, por meio da atividade dominante que este realiza as suas funções psíquicas elementares tornam-se complexas e passam a ser superiores.

Analisando a educação em sua essência, isto é, no plano filosófico-ontológico, esta deve possuir como ponto de partida o ser social. No entanto, conforme Tonet (2005), a

² Divisão estabelecida por Elkonin (2000 *apud* ARCE, 2013) a partir das atividades principais do ser humano, a saber: comunicação emocional direta, atividade objetual manipulatória, jogo protagonizado e/ou brincadeira de papéis sociais, atividade de estudo, comunicação íntima pessoal e atividade profissional.

sociedade capitalista não segue por este caminho e sim do sistema concernente ao capitalismo e aos seus interesses. Todavia, faz crítica a ideia de uma educação emancipadora que baseia-se apenas em mencioná-la como sendo de grande importância na formação de uma sociedade emancipada e complementa afirmando que tal processo não é um fim e sim um meio para se chegar a emancipação.

Nesse sentido, a educação está ligada ao processo de apropriação do conhecimento, que possui dois aspectos imprescindíveis aos quais um está voltado para a apropriação ativa do conhecimento pelo indivíduo, em sua configuração do gênero humano, e outro se dirige à comunidade apenas como um integrante da espécie.

Conforme esse raciocínio, a educação é caracterizada como uma atividade humana que, conforme Tonet (2005), possui a autoconstrução do homem como questão decisiva. Essa autoconstrução se dá por meio da atividade do trabalho, categoria fundante do ser social. Efetiva-se por parte do indivíduo “na apropriação dos conhecimentos, habilidades, valores, comportamentos, objetivos, etc., comuns do grupo”(TONET, 2005, p. 213), que consiste numa ação educativa, conduzida pela consciência e existente apenas no gênero humano, pois somente o homem diferente dos demais seres vivos passa por essa autoconstrução para se tornar um ser social. O referido processo ocorre na interrelação homem/natureza, bem como pela mediação de outros que buscam no processo educativo preparar o indivíduo para as vivências futuras, de modo que este possa reagir adequadamente diante do novo e dos possíveis desafios que irá enfrentar. Vale ressaltar que o diferencial dessa forma de educação está na sua intencionalidade.

Tonet coloca que embora a economia seja um fator ontologicamente determinante nesse processo educativo “não exclui que haja um grau relativo, mas efetivo, de liberdade de escolha” (2005, p. 216) que, por sua vez, influencia outras dimensões sociais. Segundo o autor, o que prevalece é o caráter conservador da educação, em seu sentido ontológico, “transmitindo às novas gerações aquilo que foi decantado e se transformou em patrimônio do gênero humano” (2005, p. 216). No entanto é necessário que o novo seja construído, que o ato educativo leve o homem a uma apropriação ativa do conhecimento de modo aprofundado e não apenas superficial.

No que concerne a relação existente entre a categoria educação e a categoria trabalho, podemos afirmar que, embora a educação esteja presente no ato do trabalho, são categorias distintas, porém não reduz a importância da educação no processo social e na transformação da sociedade. Logo, o ato educativo “trata-se, aqui, de uma ação sobre uma consciência visando induzi-la a agir de determinada forma.” (TONET, 2005, p. 218).

Essa ação educativa tem se constituído “em patrimônio acumulado e decantado ao longo da História da humanidade” (TONET, 2005, p. 222). Nessa concepção, só é possível apresentar uma proposta de educação emancipadora à sociedade vigente em seus componentes gerais, não sendo possível realizá-la de forma prática como um conjunto sistematizado, ou seja, contrapondo-se a uma educação conservadora. Dessa forma, percebe-se a contradição existente na atividade educativa que dificulta a construção do homem de modo autêntico.

Segundo Tonet, para uma atividade educativa emancipadora são necessários os seguintes requisitos: o conhecimento profundo e sólido da natureza daquilo que se quer alcançar, ou seja, da emancipação humana; a apropriação do conhecimento a respeito do processo histórico real, em todas as suas dimensões; o conhecimento da natureza essencial do campo específico da educação, bem como, o domínio dos conteúdos específicos próprios de cada área do saber, sejam eles de qualquer campo do conhecimento, e a articulação da atividade educativa com as lutas desenvolvidas pelas classes subalternas, especialmente com as lutas daqueles que ocupam posições decisivas na estrutura produtiva.

Ademais, a educação como uma atividade de caráter emancipador terá sua contribuição mais relevante à transformação da sociedade de forma interna a ela e não externa. Isso consiste em possibilitar ao indivíduo a apropriação das objetivações que integram o patrimônio comum da humanidade.

2.3. Escolas Comunitárias: tecendo considerações

Para a realização do trabalho educativo, uma alternativa foi a fundação de escolas comunitárias, que têm sua origem na imigração de estrangeiros às terras brasileiras. Conforme Streck (1997), em 1824, imigrantes alemães luteranos³ chegando ao Brasil se depararam com um sistema educacional ineficiente, sob o poder das classes dominantes e que não correspondia às expectativas que possuíam para a formação de seus filhos, pois estes visavam uma educação confessional, de fé cristã, que era considerada como prioridade à formação educacional daquelas famílias. Nesse contexto, “o número mais expressivo de escolas étnicas foi dos imigrantes alemães, com 1.579 escolas em 1937, seguindo-se os italianos, com 396 escolas em 1913 (e 167 na década de trinta)” (KREUTZ, 2000, p. 160).

Nessa conjuntura socioeconômica e política, as escolas comunitárias foram criadas como uma alternativa para que os governos se legitimassem, a fim de reduzirem o índice de

³ Surgidos a partir do movimento da Reforma Protestante liderada por Martinho Lutero que discordando de ensinamentos da Igreja Católica foi excomungado e fundou a Igreja Luterana.

analfabetismo no Brasil. Segundo Kreutz, “a partir de 1890, o Brasil tinha um sistema escolar altamente deficitário, com uma população de mais de 80% de analfabetos. Não tendo condições ou política prioritária para a oferta de escolas, o governo estimulou os imigrantes a abrirem escolas étnicas.” (2000, p. 161).

2.3.1. Consciência e Discussão Escolar: garantir à apropriação do conhecimento

Devido à grande demanda por educação na década de 1980 as escolas comunitárias passaram a ter grande influência no processo educacional das crianças brasileiras também no Ceará.

Analisando o contexto da nação brasileira até a Conferência Mundial sobre Educação para Todos⁴ em Jomtien na Tailândia, no ano de 1990, o Brasil sendo um dos países periféricos que se encontrava com dificuldades em sua estrutura econômica, passa a receber auxílio do Banco Mundial, organismo multilateral de financiamento presente entre os quais elaboram e patrocinam o Movimento sobre Educação para Todos (EPT). Vale ainda ressaltar que:

Como entidade financeira internacional, o Banco Mundial detém grande poder político, mormente sobre os países periféricos. Apresenta como princípio teórico e operativo a sustentabilidade ideológica do mundo capitalista, mediante imposição de estratégias de assistência aos países pobres. Estes, em contrapartida, se comprometem a alcançar a estabilidade econômica (SEGUNDO, 2005, p. 44).

Conforme Maia Filho *et al* (2015, p. 98), o governo brasileiro na década de 1990 “promoveu grande campanha de divulgação de estatísticas escolares que afirmava serem o analfabetismo, o alto grau de repetência e a evasão escolar causados pela falta de eficiência no sistema público.”. Sendo assim, surge a necessidade de mudanças nas políticas públicas que regem a educação no país, bem como o estabelecimento de metas que promovessem a eficiência do sistema público de ensino. Para isso, os governos abrem espaço para a participação da sociedade civil, denominada participação democrática, no processo educacional.

A partir das pesquisas e estudos de Albuquerque (1995) acerca das carências e avanços da escola pública em Fortaleza, observamos que no estado do Ceará as crianças da faixa etária de 07 a 09 anos estão entre as de maior índice de analfabetismo, com percentual de 68,7% no ano de 1990. Apesar desse percentual, percebe-se ainda uma elevação da taxa de escolarização, durante o período de 1981 a 1990, para as crianças da mesma faixa etária que

⁴ Conferência mundial onde foi instituída a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990), com um plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem e com o objetivo de universalização de uma educação de qualidade.

possuem renda inferior à um salário mínimo. Conforme a pesquisa da referida autora, esse fato não acontece por acaso, mas “coincide com o surgimento das diferentes formas de atendimento escolar não institucional, dentre os quais predomina a escola comunitária” (1995, p. 40).

Nesse período o processo de alfabetização das crianças era destinado à Educação Infantil, atualmente estabelecida como primeira etapa da educação básica, e a criança já deveria chegar ao ensino fundamental alfabetizada, fato que nem sempre ocorria e que possui uma possibilidade de resposta, pois, conforme a legislação vigente (Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971) a obrigatoriedade de frequência escolar estava destinada ao público de 7 à 14 anos de idade, ficando, assim, a cargo das famílias buscarem educação para as suas crianças em escolas maternais, jardins de infância ou instituições semelhantes.

Nesse período, a educação infantil possuía apenas o papel de cuidar, e não de educar, portanto, deveria estar ligada aos órgãos de Ação Social. Apenas com a Constituição Federal, promulgada em 05 de outubro de 1988, a educação é declarada um direito de todos e dever do Estado e da família, estendendo a responsabilidade da educação à sociedade civil. No entanto, o governo não possuía condições estruturais para suprir as demandas existentes para a educação no país, utilizando, assim, as escolas comunitárias já existentes como os principais pontos de apoio à efetivação da Lei.

Além disso, conforme documentos oficiais e de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), Cap. IV, art. 53, toda e qualquer criança tem direito à educação, independentemente de sua cor, religião e classe social, não podendo sofrer nenhum tipo de discriminação em forma de preconceito ou negligência.

Nesse contexto surge a Escolinha Comunitária Padre Henrique, com um trabalho comunitário realizado na comunidade Quatro Varas, pensado como uma forma de atender as necessidades de um povo a margem da sociedade e conduzi-los a serem sujeitos ativos. Conforme afirma Vala, tal atitude manifesta-se pela necessidade de auxílio aos governos para que se legitimassem por meio da iniciativa dos sujeitos denominada como “participação popular, isto é, o convite das autoridades para que a comunidade tenha uma participação mais frequente” (2000, p. 21) e gere contribuições relevantes às classes populares, nesse caso, no que concerne à educação.

Contudo, os moradores da comunidade Quatro Varas recebem a difícil tarefa de, enquanto sociedade civil e atuantes na área da educação com uma escolinha comunitária, buscarem meios para oferecer as suas crianças uma educação emancipadora, pois a elite já está assegurado esse direito a partir do dualismo educacional mencionado anteriormente, que

oferece a referida classe social uma educação com bases teóricas e uma formação voltada para pensar, enquanto às massas é oferecida uma educação que vise as demandas do capitalismo.

A referida escola comunitária foi criada inicialmente com o objetivo de tirar as crianças da real situação de vulnerabilidade social⁵ e alfabetizá-las. Possuindo o conhecimento da existência desta instituição de ensino, a população passa a procurá-la com a finalidade de conseguirem matricular suas crianças e veem estas saírem da Educação Infantil alfabetizadas e preparadas para ingressarem no Ensino Fundamental com uma capacidade de interação que as permita integrar-se na escola, pública ou privada, sem grandes dificuldades de adaptação. Tal participação popular tem contribuído de forma positiva com a educação, conforme podemos constatar ao longo da história da referida comunidade.

⁵Falta de acesso às estruturas de oportunidade oferecidas pelo mercado, estado ou sociedade, apontando a carência de um conjunto de atributos necessários para o aproveitamento efetivo da estrutura de oportunidades existentes (VIGNOLI, 2001, p. 2 *apud* CANÇADO *et al*, s/d)

3. HISTÓRIA DA COMUNIDADE DE QUATRO VARAS

A comunidade Quatro Varas está localizada em terreno de ocupação no bairro oficializado como Barra do Ceará. No entanto, é considerada uma das favelas do grande Pirambu, área de ocupação de terras que, diante da pobreza extrema enfrentada por seus habitantes, tornou-se cenário de grandes lutas sociais e da participação popular pela efetivação dos direitos humanos.

Outro ponto relevante que podemos citar é a religiosidade da população envolvida. É sabido que o local já atraiu a benevolência e participação de padres da Igreja Católica nessas lutas sociais, de modo que, sacerdotes chegaram ao Pirambu com o objetivo de trabalhar em benefício dos pobres existentes na área, entre eles podemos citar o Padre Francisco Hélio Campos⁶ (*In memoriam*) e o Padre *Gaetan Minette de Tillesse*, conhecido apenas como Padre Caetano⁷ (*In memoriam*) e desenvolveram trabalhos nas comunidades do grande Pirambu junto às pessoas em estado de vulnerabilidade social e extrema pobreza. Muitas foram as conquistas alcançadas por meio da organização das comunidades e da participação ativa destas nas lutas sociais, principalmente, no que concerne a transformação de todo aquele cenário de pobreza e miséria.

A participação da comunidade é um fator indispensável no trabalho comunitário, pois, conforme Barreto (2008, p. 147), trata-se de “um processo dinâmico que envolve as pessoas na conquista de um objetivo [...] assim como o carro não anda sem gasolina, não existe comunidade sem participação. A participação é a alma do trabalho comunitário e de toda a

⁶ Nascido em Quixeramobim, aos 24 de julho de 1912, e ordenado em 05 de agosto de 1937. No ano de 1958 assumiu, deixando marcas profundas, a Paróquia do Pirambu, na cidade de Fortaleza. Com o seu apoio decisivo a comunidade do Pirambu ganha visibilidade, sendo fortalecida e tendo forças, recebendo um caráter cristão, tendo por base os princípios da doutrina social da Igreja e, na luta pela desapropriação dessas terras, em janeiro de 1962, acontece a grande marcha do Pirambu, reunindo uma multidão em direção ao centro da cidade de Fortaleza, reivindicando o acesso à terra e melhores condições de moradia e vida digna daquela população profundamente marcada pelo sofrimento. Disponível em <<http://www.arquidiocesedefortaleza.org.br/atualidades/artigos/dom-helio-campos-nasceu-ha-100-anos/>> Acesso em: 15/11/2017.

⁷ Natural de Neder-Ockerzeel, uma cidade perto de Bruxelas, Bélgica, Gaetan Minette de Tillesse, nasceu em 07 de junho de 1925, filho de Georges Minette de Tillesse e Augusta de la Zangrye Baronne. Sacerdote, escritor, exegeta e fundador do Instituto Religioso Nova Jerusalém, além de idealizador e construtor do bairro e da paróquia de Cristo Redentor. O trabalho de Pe. Caetano, modo como era chamado, não se resume apenas ao âmbito religioso de Cristo Redentor (Pirambu), ele iniciou uma movimentada atuação junto aos moradores do lugar, dando continuidade ao trabalho pioneiro iniciado por Pe. Hélio Campos, foi continuado os trabalhos com os Conselhos Comunitários, Conselhos das Zonas, Conselho Geral, Comissão de Conciliação e Comissão Eleitoral. Dando-se continuidade ao trabalho foi elaborado o estatuto do Conselho Geral Comunitário, entre outros. Disponível em <<http://missaopenochao.blogspot.com.br/2010/11/historico-compelto-do-pe-caetano.html>> Acesso em: 15/11/2017.

transformação social”. Essa participação precisa ser ativa para de fato se efetivar. Não podendo ser confundida com mão de obra ou como um serviço que é prestado para obedecer a ordens/decisões de um líder ou de um pequeno grupo que decide tudo. Segundo o referido autor, deve ser estimulada dentro do conjunto de pessoas envolvidas de modo a conseguir motivá-las a uma participação efetiva, pois “só se aprende a nadar, nadando; só *se vai pra frente*, andando, seguindo todo um caminho com seus altos e baixos. Da mesma forma, aprende-se a participar, participando” (2008, p. 148).

Nessa perspectiva, Barreto infere que o trabalho comunitário torna as pessoas mais unidas, com sentimento de pertencimento e familiaridade criado a partir da convivência entre os sujeitos, pois o “agir comunitário possibilita maior convivência e proximidade entre as pessoas. A convivência na ação nos permite descobrir as qualidades de cada um, suas aptidões e valores, para ressaltá-los, sempre que for oportuno” (2008, p. 150). Esse agir comunitário gera reflexões nos indivíduos e promove a percepção do contexto existente, bem como das peculiaridades de cada um, ou seja, torna o homem mais humano e atento às realidades existentes, possibilitando uma participação ativa, crítica e redentora na conjuntura existente. No contexto da comunidade e do trabalho comunitário que estamos analisando podemos evidenciar este fato na fala dos sujeitos entrevistados no decorrer da nossa pesquisa, quando relatam ter passado a reagir diante das situações com outra visão da realidade, “passando a compreender melhor as pessoas”, conforme a fala da professora Lucineide, e do líder comunitário senhor Teixeira quando relata que a vivência comunitária o levou a ver os outros por outras perspectivas.

Desse modo, participando nas lutas coletivas de uma sociedade, o novo é construído a partir da transformação daquilo que já existe, realizando uma prévia-ideação de inúmeras projeções que logo serão objetivadas e, assim, um patrimônio cultural é construído a partir do trabalho humano que o idealizou e colocou em prática na ação. Nesse sentido, podemos fazer uma ligação com as ideias de Barreto quando fala da criação de projetos pelos próprios sujeitos da comunidade, *locus* da nossa pesquisa, por meio da construção coletiva, isto é, “com a participação, a comunidade faz o seu projeto e dele se apropria” (2008, p. 151). Nesse caso, essa apropriação é que de fato leva a comunidade a uma participação ativa, que não se pauta apenas em discursos ou críticas acerca da realidade, muito menos no cumprimento de ordens/decisões de outros, mas manifesta-se em direção a emancipação e a liberdade.

A participação ativa leva a comunidade a valorizar e utilizar seus conhecimentos bem como a adaptá-los a outras realidades, pois “*existem pessoas que sabem, e sabem que sabem. Existem outras que sabem e não sabem que sabem. E existem aquelas que não sabem, e não sabem que não sabem*” (BARRETO, 2008, p. 153). Logo, a participação promove a confiança e a não dependência nos indivíduos e, além disso, é fator de conscientização que, conforme Vigotski *et al* (2014), é gerada pela consciência que, por sua vez, trata-se de uma totalidade formada por um complexo sistema de funções psicológicas, que passam por alterações ao longo das experiências vividas pelos sujeitos, com desdobramentos determinantes no seu processo de desenvolvimento. Essas alterações no complexo das funções psíquicas do homem originam-se nas interações realizadas por ele e culminam na aprendizagem que impulsionam o seu desenvolvimento cognitivo e intelectual.

Vale ainda destacar que, os erros cometidos no decorrer dessas lutas sociais também podem ser utilizados na construção do saber como pretexto pedagógico⁸, pois, conforme Barreto (2008, p. 156),

[...] sabe-se que a aprendizagem é um evento pessoal. Cada pessoa tem a sua forma própria de aprender, seu ritmo, sua percepção e a sua forma própria de dar retorno daquilo que foi aprendido. A noção de erro ganha, assim, uma nova conotação nesse contexto de valorização das experiências. Todas as ações e atitudes podem ser aproveitadas com o objetivo de enriquecimento pessoal e coletivo.

Então, as chamadas classes populares ocupantes desses terrenos de ocupação durante os de 1980 aos dias atuais possuem características próprias na construção do saber cultural, onde em meio a adversidade o novo vai sendo construído e a mente dos sujeitos vai sendo formada a partir do trabalho realizado na favela.

As favelas têm a sua origem no Rio de Janeiro a partir da Lei Áurea, que declara extinta a escravidão no Brasil, conferindo a liberdade aos negros escravos. Estes sem ter para onde ir, diante de uma realidade existencial de dependência e escravidão, que não lhes oferecia condições para racionalizar outra forma de vida, passaram a acampar nos morros localizados nos arredores da cidade. A origem dessa denominação, conforme Barreto, se dá nesse contexto, pois, “esses morros possuíam uma vegetação espinhosa chamada favela. O nome, então, tornou-se a referência, a carteira de identidade daqueles excluídos” (2008, p. 157).

⁸ Instrumento utilizado para transmitir uma mensagem educativa. No caso, utilizar-se do erro para adquirir o conhecimento.

No decorrer dos anos os processos de ocupação foram se intensificando ao longo da história do Brasil. Devido às secas e falta de políticas agrícolas constantes e eficientes, muitos agricultores tiveram que abandonar suas terras e migraram para a cidade em busca de melhores condições de vida e subsistência, pois as condições socioeconômicas e políticas no campo e sertão não ofereciam condições de sobrevivência. Nesse contexto, Barreto afirma que,

[...]a favela do Pirambu, a mais importante de Fortaleza, é considerada uma área de risco devido ao seu quadro social, que é de miséria e êxodo. A população, na sua quase totalidade, foi transplantada do interior para a metrópole, devido ao castigo das secas periódicas, agravadas por uma política econômica excludente (2008, p. 158-159).

A falta de qualificação profissional era um dos motivos pelos quais as fábricas fechavam as portas a possíveis operários. A mão de obra qualificada era um dos requisitos exigidos por estas na busca de obter lucro por meio da alta produção dos seus operários.

Dessa forma, a situação socioeconômica desses indivíduos e suas famílias se tornava precária, o desemprego era um dos fatores de maior relevância para que os sujeitos fossem mantidos excluídos numa sociedade que exclui o pobre e desvalido entregando-o à própria sorte. Por conta desse contexto social muitos saíam na busca por emprego e retornavam no final do dia sem o ter conseguido e, muitas vezes, ainda de barriga vazia. Enquanto isso, as crianças ficavam na casa de vizinhos ou sob os cuidados de uma irmã mais velha.

Essa conjuntura de sofrimento e todo esse arsenal de miséria existente na sociedade conduz homens e mulheres a se lançarem no consumo do álcool e das drogas, bem como “através do vício, inserem-se na economia globalizada, gerando renda aos empresários do narcotráfico. Completa-se um outro ciclo: o da violência urbana” (BARRETO, 2008, p. 161)

A história da comunidade Quatro Varas foi recuperada a partir de entrevistas/relatos de sujeitos dessa trajetória, relatando suas experiências e concepções nos trabalhos desenvolvidos na referida comunidade. Rememorando suas vivências naquele contexto social, bem como utilizando nossas percepções atuais podemos fazer uma relação do passado com o tempo presente. Esses sujeitos trazem um novo significado ao processo atual e suas representações, pois, conforme Saviani (2008a, p. 151), “pelo estudo do que fomos no passado descobrimos, ao mesmo tempo, o que somos no presente e o que podemos vir a ser no futuro” utilizando o conhecimento histórico que, segundo o referido autor, surge como uma necessidade vital de todo ser humano. Com essa finalidade, fomos ao encontro dessas

personalidades da história de Quatro Varas e realizamos entrevistas que nos trouxeram esse aparato histórico.

3.1. A ocupação das terras

Em entrevista com o líder comunitário Sr. José Sousa Teixeira (Sr. Teixeira) participe do movimento de ocupação das terras a partir de março de 1987, quando chegou com seu filho mais velho para iniciar um trabalho com uma pequena venda, fundador da *Escolinha Comunitária Padre Henrique* e líder comunitário eleito por três mandatos⁹ consecutivos na década de 1990, período em que presidiu a associação de moradores denominada *União de Moradores São José dos Arpoadores - U. M. S. J. A.*, chegamos ao conhecimento que:

A Comunidade Quatro Varas ela se iniciou desde que houve uma fábrica por nome de CIMPELCO - Companhia de Peles de Couro que faliu e as pessoas que haviam uma necessidade de moradia ocuparam essa área. Ela era uma área bastante grande e as pessoas que não tinham onde morar começaram a ocupar, começando pelos escritórios e depois foi se estendendo para as áreas que não tinha nada, tinha só umas cisternas de água [...] Essa terra é uma terra que é da união, mas que foi aforada, foi feito um aforamento ao... à CIMPELCO - Companhia de Peles de Couro, como ela veio à falência ficou... ficou lá ao controle dos bancos que ela estava devendo. A Companhia de Peles de Couro estava devendo aos bancos e aí a comunidade ocupou a terra, fazendo moradia. Ainda houve ainda interferência da polícia, mas a comunidade se organizou, e arranjamos uma bandeira do Brasil, na hora que a polícia vinha a gente saía em movimento com essa bandeira.

No livro “Do Sertão à Favela: da exclusão à inclusão” coordenado por Adalberto Barreto¹⁰ e Norberta Viana (1999), produzido por alunos do Atelier de Arte Terapia do Movimento Integrado de Saúde Mental Comunitária, do Projeto 4 Varas, é retratada a ocupação na qual aparecem os embates policiais onde barracas construídas pelos ocupantes das referidas terras eram destruídas pela polícia pois “famílias decidem ocupar um grande terreno pertencente a uma fábrica desativada.” (BARRETO; VIANA, 1999, p. 152). Este denota que, embora as represálias tenham sido grandes, os moradores compreenderam, a partir das intervenções do advogado Dr. José Airton¹¹ de Paula Barreto, que deveriam ter seus direitos respeitados, bem como perceberam que se organizando poderiam ter êxito nessa luta social. Nesse sentido, “Airton, advogado do Centro dos Direitos Humanos, intervém, torna os

⁹ 1º mandato: 1991 à 1992; 2º mandato: 1993 à 1994; 3º mandato: 1995 à 1998.

¹⁰ Psiquiatra, Antropólogo, Professor da Universidade Federal do Ceará e fundador do MISMEC - Movimento Integrado de Saúde Mental Comunitária, do Projeto 4 Varas.

¹¹ Atuante como advogado no Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza, um dos fundadores do Movimento Emaús Amor e Justiça no Pirambu e Movimento Emaús Vila Velha e um dos participantes na ocupação na Comunidade de Quatro Varas. “Nasceu em Canindé, em 1951. Casado, pai de três filhos, é advogado e mora no bairro Pirambu desde 1983. Airton é uma pessoa inquieta diante das injustiças sociais e do sofrimento dos mais pobres”. Disponível em <<http://emausvilavelha.blogspot.com.br/p/fundadores.html>> Acesso em: 20/11/2017.

comunitários conscientes de seus direitos, faz apelos à justiça” (BARRETO; VIANA, 1999, p. 156).

Diante dessa realidade nos deparamos com um cenário de pobreza e desigualdade social, mostrando assim uma luta de classes, na qual, de um lado temos uma classe operária, ultrajada em seus direitos e desempregada, em contraposição a empresários, proprietários de bancos, que disputam o direito pelas terras ocupadas por famílias em situação de vulnerabilidade social.

Nesse período as oportunidades de emprego para as classes populares do local estavam concentradas nas indústrias. Muitos foram os operários prejudicados com a falência da CIMPELCO, e ocuparam o espaço da antiga fábrica para construir casas, além das pessoas oriundas do interior do estado, que não tinham residência própria e se beneficiaram das terras em meio às lutas sociais travadas naquele local.

Nesse contexto, reuniram-se em assembleia comunitária para dar um nome à comunidade. Nesta estava presente o Padre Henri-Marié Le Boursicaud (*In memoriam*)¹², francês, conhecido pela população como “Padre Henrique” que na ocasião falou ao povo a respeito de um velho homem que estava em seu leito de morte, e, ao ouvi-lo, o povo decide dar à comunidade o nome de Quatro Varas, à saber:

[...] um homem sentia que a sua vida estava no fim e se preocupava com o futuro de sua família. Reúne na cabeceira da cama seus quatro filhos, que estavam sempre se disputando. Ele dá uma vara para que cada um, à seu pedido, quebre sem dificuldade. Depois o velho homem pega quatro outras varas, reúne-os e amarra-os em seu conjunto, e propõe à seus filhos que, um após o outro, tentem rompê-los. Isto ninguém conseguiu fazer. “Eis aí”, termina por dizer o velho, “a única mensagem que eu tenho para vos deixar antes de deixar esta vida: estando unidos, ligados uns aos outros, vocês serão fortes e poderão resistir lá; indo sozinhos não poderão fazê-lo” (BARRETO *et al*, 2009, p. 116).

Posteriormente, como forma de organização decidiram formar uma Associação de Moradores e elegeram a sua primeira diretoria que teve como presidente a Sra. Humberta Benício Araújo, conhecida como Beta. Concluído o mandato da primeira diretoria, o povo elege o Sr. José Sousa Teixeira (Sr. Teixeira), que já desenvolvia trabalhos na comunidade

¹² “Francês, da região da Bretanha no sul da França, fundou, em 1972, a comunidade de Emaús Liberté. Em 1985, visitou o Brasil e, em 1986, fundou, em São Paulo, a primeira comunidade de Emaús do Brasil, sempre questionando as instituições e dizendo que sua ligação com elas é como um fio de cabelo. É um padre operário, que, aos 75 anos, andou de Paris à Roma, à pé. Tem escrito 22 livros que falam sempre de vida”. Disponível em <<http://emausvilavelha.blogspot.com.br/p/fundadores.html>> Acesso em: 20/11/2017.

com uma escolinha comunitária, fundada por ele e registrada em março de mil novecentos e oitenta e oito.

Envolvido nos trabalhos de desapropriação e urbanização das terras o Sr. Teixeira, motivado por um grupo de amigos que identificou nele uma liderança comunitária, desenvolveu trabalhos concernentes à educação e integração social da população local, como: a fundação da escola comunitária denominada *Escolinha Comunitária Padre Henrique*, criada com o objetivo de tirar as crianças da rua para a escola e alfabetizá-las; formação de um time de futebol infanto-juvenil, com o objetivo de promover uma prática esportiva e atividade de lazer aos jovens; Projeto denominado *Centro de Defesa e Promoção da Criança (CEDECA)*¹³ custeado pela *OIT - Organização Internacional do Trabalho*¹⁴ que teve a duração de apenas alguns meses numa parceria entre o Projeto 4 Varas, com a mediação do Dr. Adalberto Barreto e Airton Barreto, e a associação U. M. S. J. A, presidida na época pelo líder comunitário Sr. Teixeira; grupo de mulheres com trabalhos de costura em tecidos, como uma fonte de renda para as mulheres pertencentes a este grupo, e aulas de crochê para as crianças beneficiadas pelo projeto da OIT; além da construção de um salão para sediar a U. M. S. J. A e desenvolver projetos em prol da comunidade Quatro Varas, como por exemplo, cursos de datilografia e atividades do grupo de mulheres; organizou também festivais de quadrilhas com atividades voltadas para jovens, entre outros.

Com base nesses relatos bem como nas publicações de Barreto (2008) e Barreto *et al* (2009) podemos perceber a relevância da interação social na vida sujeitos, tanto no que concerne ao seu desenvolvimento social como psicológico. É comprovado que, ao interagirem entre si podem encontrar meios para solucionar os seus problemas bem como alternativas para suprir as suas necessidades, favorecendo a sua saúde mental, muitas vezes comprometida por conta da realidade existencial vivida.

Conforme o referido autor, o cenário existente naquele terreno de ocupação era de muita pobreza, dando espaço a violência gerada em conflitos entre os próprios moradores, ao uso de drogas e a marginalidade. Muitas vezes crianças precisavam ficar responsáveis por irmãos mais novos enquanto os pais saíam para trabalhar, os recursos eram pouquíssimos para

¹³ Centro de defesa que trata de questões de proteção e acompanhamento a crianças e adolescentes, surgido em 1994, na luta pela efetivação do Estatuto da Criança e do adolescente.

¹⁴ De origem europeia, surgiu no século XIX em resposta às preocupações de ordem moral e econômica relacionadas ao custo humano da Revolução Industrial, com argumentos humanitários, políticos e econômicos a favor da definição de normas internacionais do trabalho, em defesa de trabalho digno para a humanidade e erradicação do trabalho infantil. Chegou ao Brasil e forneceu apoio a algumas associações comunitárias, como foi o caso da U. M. S. J. A, na década de 1990 na cidade de Fortaleza - CE.

a sobrevivência das famílias e o sofrimento causava doenças psíquicas ou mesmo doenças na alma. Assim, encontros denominados “Terapia Comunitária” nos quais a partilha de vida e a troca de saberes é mediada e promovida, proporcionando o bem-estar, o sentimento de pertença a um grupo e os estímulos necessários para o bom desenvolvimento de suas potencialidades foram uma alternativa para o tratamento psicológico daqueles sujeitos.

Nessa perspectiva, Dr. Adalberto Barreto, conforme lhe havia sido solicitado por seu irmão Dr. Airton Barreto, implanta a terapia comunitária na Comunidade Quatro Varas como forma de tratar aquela população, após ter iniciado vários atendimentos aos moradores da referida comunidade no Hospital das Clínicas de Fortaleza, onde realizava atendimento psiquiátrico com seus alunos da Universidade Federal do Ceará, e percebendo a grande demanda, em consenso com os estudantes da universidade, decidiram que seria viável e necessário ir até onde estes indivíduos se encontravam para realizar tais atendimentos a partir da real necessidade da comunidade. Em seu livro “*Terapia comunitária: passo à passo*” Barreto relata que “Quando fui convidado a intervir como psiquiatra nesta favela, me dei conta de que o arsenal de medicamentos da psiquiatria moderna não poderia ser a única arma na luta contra os efeitos de um contexto social e político desagregados e mutilador de indivíduos” (2008, p.173). Conforme o referido autor, “os psicotrópicos, conhecidos como *remédios controlados* eram usados indiscriminadamente” na busca de solucionar os problemas emocionais existentes até mesmo em crianças. Logo, a partir da realidade existente somada às necessidades do povo, cria o Movimento Integrado de Saúde Mental Comunitária (MISMEC-CE) em dezembro de 1987 na comunidade Quatro Varas, com terapias comunitárias integrativas, que expandiu-se por todo o país, sendo utilizada a partir de 2005 como política pública pela Prefeitura de Fortaleza. Além da terapia comunitária o MISMEC/Projeto 4 Varas oferece os serviços de massagens anti-estresse, yoga, acupuntura, entre outros, tornando-se um espaço de cura e partilha de saberes.

3.1.1. Conceito de comunidade

Barreto (2008, p. 141) nos apresenta um conceito de comunidade como “pessoas ou grupos de pessoas que partilham de condições semelhantes de vida - econômica, social, cultural, política, religiosa e espiritual - mesmo percebendo que na comunidade existem diferentes níveis e formas de viver essas condições”, pois nesta há uma grande diversidade de pessoas, com peculiaridades próprias, não sendo uma esfera homogênea, porém para o autor há um aspecto fundamental: “para que uma comunidade se constitua é muito importante que

as pessoas e grupos estejam em permanente interação, isto é, que exista um fluxo de relações entre as pessoas, podendo haver reciprocidade entre elas”.

No intuito de lutar pela desapropriação das terras foi criada uma entidade, no Projeto ABC¹⁵ das Goiabeiras com o apoio de pessoas da arquidiocese de Fortaleza que trabalhavam em favor das comunidades carentes. Essa organização reunia várias associações comunitárias da Barra do Ceará até a comunidade Quatro Varas e, embora tenha ocorrido essa organização denominada *Grande Entidade*, o Sr. Teixeira relata que “não sabemos como ficou o resultado das solicitações de desapropriação das terras”, no entanto, sabe-se que pelo tempo da ocupação das terras, que chega a mais de três décadas, os moradores já adquiriram o direito à usucapião das referidas terras, possuindo assim o direito sobre elas.

Outro membro da comunidade é a Sra. Maria Lucineide Ferreira, ocupante desde 1987, quando veio com seus três filhos morar em uma pequena casa, construída com barro e madeira, e se encontrava desempregada possuindo como meio para a sua subsistência a venda de pequenas peças de roupa que confeccionava em sua casa. Esta era vizinha do Sr. Teixeira e amiga de sua família.

Ao ter sido convidada para unir-se a ele no trabalho comunitário, prontamente aceitou a ideia de atuar na fundação de uma escolinha como professora, por conta do seu interesse pelas crianças, pois, segundo a sua fala, o fato de sempre ter gostado muito de criança a levou a aceitar o convite para o trabalho na escolinha comunitária, primeira ação do Sr. Teixeira em comum acordo com a comunidade.

Lucineide, como era chamada, relata que quando o Sr. Teixeira decidiu tomar à frente nas lutas sociais com a associação de moradores convidou algumas pessoas para fazer parte da diretoria e cada uma tinha uma função. Ela ficou sendo secretária, responsável por fazer as atas de reuniões e dos acontecimentos. Com o trabalho comunitário dona Lucineide afirma que aprendeu muito, pois até então “não conhecia o trabalho comunitário” e viu que era muito difícil, pois, mesmo sendo uma mulher “desinibida”, fala que por não ter experiências com o trabalho comunitário não se sentia à vontade para falar para muitas pessoas, mas aos poucos foi desenvolvendo e até gostou. Conforme a sua fala “o trabalho de comunidade ... depois eu fui ver que é muito difícil, porque é um trabalho voluntário, que as pessoas não querem se

¹⁵ Criado para desenvolver atividades relacionadas a arte e ao esporte, beneficiando meninos e meninas de comunidades menos favorecidas da cidade de Fortaleza-CE. Atualmente, encontra-se desativado.

envolver, só mesmo quem se dedica. Então, como eu sempre gostei de trabalhar, depois eu fui vendo que o trabalho era bom, dava pra mim”.

O trabalho comunitário, segundo a referida partícipe, se destinava a busca de benefícios à comunidade, e deixa claro que esses benefícios não se tratavam de dar “coisas” às pessoas, mas sim, de se reunirem, formando uma comissão para ir até aos órgãos públicos, pois a referida comunidade, conforme ela, “era muito carente, não tinha energia, não tinha nada”. Então, a comissão de moradores se dirigia até os locais dos órgãos públicos em busca dos benefícios que a comunidade precisava, e diz que: “era um pouco demorado, mas foram conseguidos na época”.

3.2. A necessidade de criar-se uma escola na área para alfabetizar

Conforme o relato do Sr. Teixeira, nesse contexto de extrema pobreza e exclusão social os moradores da comunidade perceberam nele certo potencial para os trabalhos em prol da comunidade. Segundo ele, não se considerava capaz pois “não sabia como proceder”, mas, percebendo a insistência do povo, passou a fazer parte do movimento sem participar da associação.

Então, a pedido das pessoas da comunidade iniciou seus trabalhos com a fundação de uma escola para a comunidade, pelo fato de não existirem escolas nas proximidades. Para isso, pediu ajuda a uma vizinha, dona Lucineide, que também tinha interesse para o trabalho com as crianças, e abriu uma classe de alfabetização na sala de uma casa em construção que era de seu cunhado e que estava desocupada provisoriamente. Construíram uma lousa na parede, conseguiram algumas cadeiras velhas com o Dr. Airton Barreto, que havia feito uma opção por morar na favela com o povo carente e trabalhava com os Direitos Humanos na comunidade.

Desse modo, “para retirar as crianças das ruas e dar-lhes alfabetização, a comunidade decide construir uma pequena escola que se chamou “Padre Henrique”” (BARRETO; VIANA, 1999, p. 160). Durante esse processo, a comunidade contou com a participação ativa de alguns sujeitos que não pararam em meio as dificuldades e nem mediram esforços para conseguir a realização desta meta. Vemos aqui sujeitos que mesmo diante das grandes injustiças e desigualdades permanecem na luta por um mundo melhor.

É admirável que atitudes como essa surja de um homem, filho de pessoas “humildes”, conforme ele mesmo (Teixeira) fala, e sem ter tido oportunidade para concluir a educação

básica. O mesmo precisou trabalhar muito jovem, mas, com o seu interesse pela leitura e por amor a comunidade, foi descobrindo formas para construir algo para o bem comum.

Do mesmo modo é bastante relevante perceber que uma senhora, dona de casa, mãe de três filhos e sem muitos recursos para se manter, decida-se por um trabalho comunitário que não oferece direitos trabalhistas e nem muitos recursos para o trabalho. Embora não tenha cursado o nível superior, Lucineide possuía na época o chamado 2º Grau em Técnico de Contabilidade e só depois que iniciou os trabalhos como educadora na escolinha comunitária voltou a estudar para ter uma formação voltada ao trabalho que desenvolvia, cursando o Pedagógico e tornando-se habilitada para lecionar da Pré-escola à 4ª série do ensino fundamental em oito anos.

A referida educadora fala da fundação da escola com muita satisfação e alegria, quando relata as primeiras ações na construção da sala de aula que, segundo ela, foram muito difíceis e engraçadas. Conforme a sua fala, a necessidade de se criar uma escola veio da ausência de escolas nas proximidades, e, desse modo, era muito difícil para os pais levarem as crianças para escolas na avenida, pois ficavam distantes e também eram de difícil acesso em termos de vagas para as crianças na Pré-escola. Relata que:

“a escola foi fundada junto com o senhor Teixeira e foi uma coisa engraçada e muito boa, porque a gente não tinha cadeira, não tinha nada e aí pô-mos os tijolos e as tábuas e fizemos os bancos [...]. Conseguimos uns cadernos, lápis, borrachas, foram as primeiras coisas que conseguimos para a escolinha [...]. Depois a gente conseguiu umas cadeiras velhas, do colégio, que doaram” (Lucineide).

Conforme a professora Lucineide, a fundação da escola, que a princípio possuía uma média de cinco alunos, levou os moradores a se sentirem incentivados. No período em que a escola mudou de prédio pela primeira vez já possuía uma média de vinte alunos, quando com o objetivo de dar continuidade ao trabalho o Sr. Teixeira comprou um casebre que estava à venda, vizinho sua casa, e junto com outros sujeitos reformaram, pintaram e deram o nome de “Escolinha Comunitária Padre Henrique”, bem como o nome da rua de “Padre Henrique” em homenagem ao Padre Henri-Marié Le Boursicaud (Padre Henrique), que esteve presente no início da ocupação (ver figura 1).

Figura 1 – Fachada do prédio onde funcionava a referida escolinha em agosto de 1992.



Fonte: arquivo próprio da escola

Desde então, as aulas passaram a acontecer neste local. O espaço era pequeno, porém, naquela pequena sala de aula, aquelas crianças tinham a oportunidade de serem ouvidas e de receberem uma educação que não se limitava apenas a sua alfabetização, mas também, a aquisição de valores e direitos em um espaço de socialização e interação com outros sujeitos que buscavam o mesmo ideal: estarem integrados a sociedade, sendo preparados para a vida social e suas práticas do cotidiano.

Posteriormente, decidiram se mobilizar para abrir portas em uma cisterna de água abandonada que possui medição de 16m² de comprimento por 11m² de largura e 5m² de altura e fazer dela uma escola para a comunidade.

Figura 2 - Cisterna aberta para o funcionamento da instituição de ensino em setembro de 1992.



Fonte: arquivo próprio da escola.

Toda essa empreitada levou tempo para ser concluída. Foi necessário comprar ferramentas apropriadas para a realização do trabalho braçal que seria investido no local. Conforme a fala do Sr. Teixeira, os homens que trabalhavam na abertura das portas na cisterna não tiveram condições físicas para concluir, até que apareceu um homem de nome Raimundo Edson, conhecido como John, que afirmou conseguir abrir. Em diálogo, combinou que faria o trabalho e o senhor Teixeira pagaria uma quantia por essa empreitada.

Assim, realizou a abertura de uma porta na parte da frente da cisterna e a escola pôde ser transferida para o local um tempo depois. Na época da campanha política veio um candidato que procurou apoio para a sua campanha junto às lideranças comunitárias da área e, a pedido do líder comunitário Sr. Teixeira, pagou ao morador Raimundo Edson, que já havia aberto uma porta na cisterna, para abrir mais duas portas de acesso ao segundo cômodo e janelas, com o objetivo de tornar o prédio adequado para receber as crianças e dar uma melhor estrutura escolar.

Essa ação do homem mediante a uma realidade precária possui uma dimensão social coletiva, pois, conforme a teoria de Marx, nessa ação realizada pelo homem “não apenas o indivíduo se encontra em uma nova situação, mas toda a sociedade se encontra frente a um novo objeto, o que abre novas possibilidades para o desenvolvimento tanto da sociedade quanto do indivíduo levando ambos a evoluírem” (LESSA e TONET, 2011, p. 24).

No que concerne à experiência com o ensino, ou seja, com o exercício da docência na comunidade, Lucineide afirma que “foi uma experiência muito boa” que até hoje traz em sua memória, pois se identificava no trabalho com a alfabetização das crianças, e fala nos seguintes termos:

[...] a experiência foi boa porque... assim, trabalhar com criança é muito bom, apesar de dar muito trabalho, mas quando a gente começa a trabalhar que vai vendo que tá aprendendo, que tá desenvolvendo, que o trabalho tá sendo positivo, aí... a gente fica com mais incentivo ainda (Lucineide).

A descoberta das crianças nas primeiras letras era o motivo de sua alegria e algo gratificante ao seu trabalho. Com o passar dos anos a Escolinha Comunitária Padre Henrique passa a ser uma escola de referência na comunidade por conseguir em sua proposta de ensino alfabetizar as crianças e promover uma boa socialização entre elas.

As dificuldades existentes se davam a partir da falta de apoio no trabalho concernente à gestão escolar, pois como não havia diretoria e/ou coordenação pedagógica. Todos os conflitos eram resolvidos pela própria professora em sala de aula, fato que dificultava o seu

trabalho devido as incompreensões de alguns pais que julgavam não serem bem atendidos em suas insatisfações, pois, conforme a fala da professora, “a gente tem que entender tudo pra eles, né! Quando a gente não entendi uma vez aí é grosseira, é tudo ... A gente tem que entender o aluno e tem que entender a mãe, nas suas dificuldades”.

Ademais, problemas relacionados as suas condições socioeconômicas também era um ponto rotineiro dentre as dificuldades apresentadas pelas mães na referida escolinha, pois, muitas vezes, com os recursos financeiros que possuíam não tinham condições de contribuir com a escola. No entanto, recebiam essa compreensão por parte da escola, embora a instituição dependesse dessas contribuições denominada “taxa escolar”, dos sócios da AMEPH (Associação de Moradores Educacional Padre Henrique¹⁶), que, por sua vez, eram os pais e/ou responsáveis pelos educandos. Na época o valor da referida taxa escolar era de R\$ 2,00, somadas as doações que recebia de amigos da Alemanha. Muitas vezes, havia queixas por parte das mães pela falta de alimentação para as crianças em suas casas e, conforme afirma Lucineide, teve dias em que as crianças foram à escola sem se alimentar. Complementando os pontos difíceis na vivência escolar comunitária, segundo os relatos da educadora Lucineide, um deles estava relacionado ao rendimento escolar das crianças, de modo que algumas mães exigiam resultados imediatos nas crianças, não respeitando o ritmo de aprendizagem dos filhos bem como a professora no exercício da sua profissão.

O contexto histórico recuperado demonstra que os conhecimentos existentes para a fundação da referida escola partiram de experiências passadas, promovendo alterações na realidade atual nas quais se encontravam e abriram novas possibilidades a muitos outros que, posteriormente, vieram e virão fazer parte dessa história, apropriando-se do que já se tem, para sucessivamente construir o novo. Evidenciamos esse fato a partir da afirmativa de Lessa e Tonet quando diz: “O novo se converte em parte da causalidade e passa a sofrer influências e a influenciar a evolução da realidade a qual faz parte. [...]” (2011, p. 31).

Concluído o trabalho braçal, a preocupação vigente era a regularização da escola perante aos órgãos públicos de regulamentação. Então, após muitas idas e vindas aos órgãos competentes, conseguiram o reconhecimento da Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação (CREDE 21) com autorização para o funcionamento da escola até à 5ª série do ensino fundamental, bem como o fornecimento da merenda escolar, pelo Governo Federal,

¹⁶ entidade sem fins lucrativos, fundada por Sr. Teixeira em 1997, quando no exercício das suas atividades precisou fundar uma entidade mantenedora para permanecer com a escolinha regularizada.

distribuída pela Secretaria Executiva Regional I para a referida instituição de ensino. Na mesma época o Sr. Teixeira havia recebido uma doação para a compra de dois casebres vizinhos a escola com o objetivo de serem reformados e transformados em um espaço que beneficiasse a comunidade.

Figura 3 - Sede da União de Moradores São José dos Arpoadores.



Fonte: arquivo da Escolinha Padre Henrique.

Para isso, Sr. Teixeira diz que “fizemos uma quadra com um cômodo dentro” e esse espaço passou a ser utilizado como uma sala de aula da Escolinha Comunitária Padre Henrique, sediando também a U. M. S. J. A em seus trabalhos e em projetos conseguidos para o benefício da população local.

Os recursos adquiridos vieram por meio de amigos alemães do Dr. Airton Barreto que eram parte de um grupo denominado *Brasilien Initiative*¹⁷ *Erlangen-Nürnberg eV* e enviaram recursos para ajudar nas despesas da Escolinha Comunitária Padre Henrique em uma parceria que durou cerca de 20 anos. Membros do grupo citado permaneceram acompanhando os trabalhos concernentes ao funcionamento da escola e fornecendo assistência financeira com periodicidade de três meses. No início a escolinha recebeu a visita de Annemarie Jacobs que apresentou o trabalho realizado na referida instituição ao grupo e passaram a ajudar financeiramente nas despesas do estabelecimento de ensino.

Posteriormente, conhecemos outros integrantes do grupo que possuem presença marcante e significativa pelas visitas realizadas ao Brasil, bem como, grande interesse pelo trabalho com as crianças da comunidade Quatro Varas, a saber: Gerdi Pessler¹⁸ e Ilka

¹⁷ Grupo pequeno da região de Erlangen / Nuremberg / Bamberg, que apoia projetos sociais no Brasil ideal e financeiramente por quase 30 anos, apoiando pré-escolas, projetos de crianças de rua, projetos de energia alternativa e, em geral, grupos que trabalham para pessoas desfavorecidas.

¹⁸ Membro do grupo *Brasilien Initiative Erlangen-Nürnberg eV* de 1986 à 2013. Trabalhou como professora de inglês de 11/1982 a 11/1983 como missionária temporária no Paraná na congregação das Servas do Espírito

Kirschen Lohr¹⁹ (*In memoriam*) que por muitos anos mediou um intercâmbio entre as crianças de escolinhas no Brasil e crianças de uma escola de Lichteneiche na Alemanha, na qual era professora de religião. Nesse intercâmbio as crianças trocavam trabalhos de artes, atividades e fotografias, bem como cartinhas escritas pelas crianças alemãs, que já eram alfabetizadas. Estas eram traduzidas por Gerdi Pessler para as crianças brasileiras.

Todos os recursos enviados eram distribuídos entre as professoras e investidos em despesas do estabelecimento de ensino, bem como para reformas e melhoramentos no prédio onde era a antiga cisterna. A professora Ilka Kirschen Lohr trabalhava com exposições dos trabalhos adquiridos no intercâmbio e também realizava muitos outros movimentos na referida escola, na Alemanha, em vista de conseguir recursos para enviar ao Brasil e manter a escolinha comunitária funcionando.

Em sua fala Sr. Teixeira afirma que “o objetivo da escola era tirar as crianças da rua para a escola, tirar as crianças da ociosidade”, considerando que por não haver nenhum entretenimento para elas, nem escolas próximas, ficariam expostas ao mundo do crime e violência.

Além da escola comunitária, foi criado um time de futebol com crianças e adolescentes, também com o mesmo objetivo de dar à estas uma ocupação e promover momentos de lazer e passeios. Com o apoio do Dr. Adalberto Barreto, por meio de um projeto de extensão com a Universidade Federal do Ceará, houve a oportunidade de realizar passeios com o referido time de futebol em ônibus da universidade, promovendo, assim, momentos de entretenimento para o grupo infanto-juvenil.

Santo (colégio Arnaldo Jansen), como professora de inglês e na catequese da comunidade católica na cidade de Medianeira. A partir daqueles anos ela se interessou muito para Brasil em geral. Nas meadas dos anos 80 entrou em contato com a fundadora do grupo solidário da *Brasilien Initiative*. O foco dela é colocado no campo de crianças de rua. É formada (1986) como tradutora juramentada para a língua inglesa, trabalha como secretária e tradutora. Voluntariamente trabalha num pequeno grupo solidário onde ela dá palestras sobre o engajamento da família Teixeira em Pirambu. Além disso, informa também sobre cultura, religião e costumes no Brasil.

¹⁹ Professora de religião luterana, no ensino fundamental e nas escolas de aprendizagem ensinou todas as faixas etárias. O seu interesse pelo Brasil é oriundo de uma visita numa exposição sobre água e Rio São Francisco no Brasil, na qual levou seus alunos ver tal exposição em Bamberg e sentiu uma grande empatia para o povo marginalizado. Entrou em contato com a fundadora do grupo da *Brasilien Initiative* nos meados dos anos 90. Entrou depois em contato com Gerdi Pessler e viajou para Brasil em 2000 pela primeira vez. A partir daqueles anos incentivou o intercâmbio de cartas entre os alunos dela e os alunos da Escolinha Padre Henrique, entre outras. Sempre apoiou os projetos e voluntariamente deu palestras na igreja matriz dela e nas várias escolas onde ela ensinou. Veio a falecer em 2015.

Figura 4 - Time de futebol constituído por crianças e adolescentes da comunidade.



Fonte: arquivo da Escolinha Padre Henrique

Atualmente, a Escolinha Comunitária Padre Henrique, fundada no início da ocupação e hoje com trinta (30) anos de existência, permanece sendo administrada pelo Sr. José Sousa Teixeira e mantida pela AMEPH. O mesmo relata que cansado das lutas na comunidade decidiu ficar apenas com os trabalhos voltados à educação e cultura, afastando-se da U.M.S.J.A. Mesmo estando ainda lúcido, não pode estar mais ativamente em suas atividades, pois, a sua saúde está comprometida por uma enfermidade denominada *Parkinson*, deixando-o muito debilitado. Sendo assim, Roselene Silva Teixeira, filha do Sr. Teixeira e vice-presidente da AMEPH, permanece na coordenação da instituição de ensino assumindo todas as atividades administrativas e de coordenação, embora esteja ainda a concluir a graduação no Curso de Pedagogia Noturno com Licenciatura Plena pela Universidade Federal do Ceará.

Em assembleia geral com sócios/pais de alunos e outros representantes da comunidade Quatro Varas, ficou decidido que o estatuto da AMEPH passaria a ser vitalício e assim foi feito e registrado em cartório com as devidas alterações (ver figura 25). A entidade filantrópica possui uma documentação singular e registro em Brasília no CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social. A Escolinha Comunitária Padre Henrique, por sua vez, está atualmente em período de tramitação para regularização perante a SME – Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza, na organização da documentação que se encontra pendente por conta dos problemas de saúde enfrentados por Sr. Teixeira, somados às exigências dos órgãos competentes de educação que ainda não foram alcançadas pela instituição de ensino.

Figura 5 - Eleição e posse da diretoria da AMEPH em assembleia geral extraordinária.



Fonte: arquivo da Escolinha Padre Henrique.

Os recursos que a escolinha recebe por parte do governo são apenas os alimentos para a merenda escolar, conseguida desde o início quando foi credenciada no CREDE 21. Ademais, recebe alguns recursos adquiridos por meio da Gerdi Pessler, amiga alemã, citada anteriormente como membro do grupo *Brasilien Initiative Erlangen-Nürnberg eV*, que se desvinculou do grupo alemão quando por ideias divergentes decidiu se desvincular e continuar ajudando a Escolinha Comunitária Padre Henrique, atualmente como membro de um grupo de mulheres solidárias. Os pais de alunos/sócios da mantenedora fazem atualmente a contribuição mensal de R\$ 45,00 para auxiliar nas despesas da referida escolinha, embora grande parte esteja sem contribuir a alguns meses.

No que concerne às contribuições alcançadas de modo pessoal pelo representante Sr. Teixeira, no trabalho comunitário, este considera ter sido de grande valor na sua formação humana e diz: “Fui aprendendo a me expressar e a falar para muitas pessoas”.

Desse modo, evidenciamos a relevância do trabalho comunitário e da interação social na vida deste homem que, com o baixo grau de instrução que tinha, ou seja, com a 4º série, pois no período da admissão se afastou da escola para trabalhar, se envolveu nas lutas sociais, dedicou-se à leituras que ampliaram o seu conhecimento, além do contato realizado com seus semelhantes, que o estimularam a acreditar no seu potencial e ir à luta no exercício da cidadania. Assim, ele afirma: “na comunidade eu aprendi muitas coisas, em primeiro lugar eu aprendi que na comunidade que é de ocupação não podemos ter mais de que uma casa e eu só possuo a minha até hoje [...] porque muita gente me deu terrenos baratos e eu não quis”, e continua apresentando os seus valores: “aprendi a ter humildade, a respeitar o próximo e tenho satisfação em ver minha família bem”.

Na sua concepção, esse trabalho trouxe muitos benefícios para a população, como por exemplo, a construção de chafarizes, pois era um sofrimento para as pessoas a escassez de água, nesse tempo, nos locais onde havia poço com bomba para puxar água se faziam filas de moradores com baldes e latas nas mãos.

3.2.1. Relatos e experiências vivenciadas no âmbito escolar

Viviane Lopes da Silva, educanda da Escolinha Comunitária Padre Henrique na década de 1990 (ver figura 24 em anexo) e educadora no interstício de 03/2003 a 02/2008, relata em entrevista que recebeu a sua base escolar na referida escola, ambiente em que pôde estabelecer uma relação de confiança nesse primeiro momento de distanciamento do âmbito familiar, pois nesta vivenciou as suas primeiras experiências escolares, pelo fácil acesso à comunidade e por ficar situada bem próxima a sua casa. Posteriormente, ainda muito jovem, teve a oportunidade de atuar com o ensino. Segundo ela,

“foi uma experiência excelente, na verdade além de me abrir portas, mostrou como é a questão mesmo da interação entre criança-adulto, criança-professor/ aluno-professor e fez com que o meu desenvolvimento pra o ser humano, pra o adulto, de adolescente pra adulto ele viesse aflorar mais ainda. Saber a importância do ser humano, saber a importância das crianças, saber a importância do convívio, principalmente saber a importância da comunidade, porque a maioria das crianças é de comunidade”.

Figura 6 - Festinha organizada em homenagem ao dia do professor - Professora Tarcília (*In memoriam*) à esquerda.



Fonte: arquivo próprio da escola.

De acordo com a sua experiência, Viviane discorre sobre a importância do convívio no processo de educação das crianças, considerado bastante relevante em sua visão, pois permite as crianças seguir por outros caminhos divergentes daquela realidade, cenário de miséria, violência, tráfico de drogas e crime. Conforme a sua fala, na convivência, na conversa, no ensino, na brincadeira, ou seja, na interação com as crianças é possível criar um vínculo

afetivo que permite conhecê-las mais a fundo, gerando uma maior compreensão acerca do seu comportamento, muitas vezes agressivo e/ou rebelde, e conduzir essas crianças a um aproveitamento efetivo. Sendo assim, esse período de vivências e experiências da educadora é tido como muito valioso para ela, que pretende “levar para o resto da vida”.

No que concerne à importância desse trabalho na educação dos moradores dessa comunidade, Viviane apresenta as suas percepções, a saber:

“primordial, tanto pelo acesso, na questão da localização em si, porque ela é perto, e pelo acesso também na questão de não ter dificuldade pras pessoas entrarem, porque, por ser de comunidade, o valor é baixo, muito baixo, nem se compara com escola particular e, pela experiência que eu tive, eu sei que tem o compromisso com o ensino [...] e o cuidado que os professores têm”.

Ressalta ainda a questão do planejamento das aulas que é dada toda importância no processo educacional, sem negligências ou descaso. Na sua visão, a escola é o segundo lar das crianças, considerando que nesta os educandos também têm acesso a alimentação, ou seja, a merenda escolar, que muitas vezes é a única alimentação que as crianças tinham naquele período do dia, pois acontecia de crianças chegarem à instituição sem ter tomado café da manhã ou alguma outra refeição. Em alguns casos as crianças não gostavam da merenda, pois seguia um cardápio com frutas e alimentação saudável, mesmo assim, eram servidas, evidenciando o cuidado da escola com as crianças.

Em relação a sua experiência escolar, diz que por ter sido a sua primeira experiência escolar, período em que pôde criar vínculos e segurança em um ambiente externo a sua casa e a sua realidade, considera relevante na sua educação, abrindo caminho para que conseguisse ter uma visão de mundo, inclusive, afirma que pretende colocar o seu filho pequeno na referida escola.

A atuação de Viviane, enquanto professora, e o seu objetivo na escolinha estavam ligados à promoção da interação das crianças e não necessariamente a aprendizagem de conteúdo, pois se tratava de séries muito iniciais. A mesma era educadora no Jardim de Infância. Então, a principal função da escola era a socialização das crianças, inicialmente, “desmistificar na criança de que elas seriam abandonadas pelos pais, porque, geralmente, quando as crianças chegam se assustam, ficam sozinhas, os pais vão embora [...] e a questão da interação entre elas, o respeito [...]”, afirma Viviane. Em síntese, “era ela entender que o mundo não era só a casa dela, a escola é a extensão da casa, a escola é um outro momento, é um momento de independência para essa criança e também tem a questão do conteúdo que

também não deixa de ser uma descoberta de mundo”. Nesse momento, a educadora fala da satisfação que se tem no momento em que as crianças apresentavam sinais de suas aprendizagens.

No que concerne às contribuições de tais experiências em sua vida, Viviane diz que percebe que a sua mente e forma de visualizar o mundo foram transformadas a partir dessas vivências, tanto no ensino quanto na sua forma de olhar as pessoas, e cita o seguinte exemplo: “muitas vezes a gente vê uma criança e a gente acha que aquela criança ela é rebelde, ela é solitária, por querer, por vontade própria. Muitas vezes é a falta de oportunidade mesmo que ela tem pra conviver com outras pessoas”. Além disso, sabe-se que o contato com as famílias dos educandos promove a aprendizagem, por parte da educadora, no que concerne às diversas formas de lidar com os indivíduos, em suas incompreensões, pois, muitas vezes, precisa-se atuar também na educação dos pais, quando entra em diálogo com estes no decorrer do processo educativo, tirando suas dúvidas, esclarecendo a importância da participação da família na educação dos filhos, entre outros. Aprendendo, assim, a lidar com o ser humano de um modo geral nas diversas experiências vividas no ambiente escolar.

Em sua concepção, a educação infantil também atua na educação da família, pois a escola suga o pai e a mãe que é ausente na vida da criança, às vezes, até obrigatoriamente, mas, posteriormente, acaba se tornando uma experiência prazerosa para ambos, como por exemplo, no momento em que os conhecimentos adquiridos pela criança são exteriorizados, em apresentações realizadas nos eventos/festinhas da escola ou mesmo na apropriação de conceitos e conhecimentos apresentados à criança, pais e professores experimentam de uma alegria semelhante pelo resultado do trabalho realizado em conjunto que culminou na aprendizagem dos educandos e na troca de saberes realizada no elo família-escola.

Na fala da professora é perceptível que no período em que ela esteve nessa função recebeu o apoio da escola no âmbito da organização e orientação do trabalho, na troca de saberes, bem como no reconhecimento da sua capacidade de desenvolver tal tarefa. Segundo ela, mesmo sem possuir o nível superior ou preparação para ser professora, foi formada na própria instituição no que diz respeito a sua forma de atuação e no desenvolvimento das suas funções, conforme a sua fala quando diz: “me pegaram uma... digamos assim, uma pedra meio bruta e lapidaram mesmo, na questão do ensino, então eu tenho a questão de agradecer e ser muito feliz por ter passado por lá”. Desse modo, é notório que existe o acompanhamento da coordenação da instituição de ensino ao professor/a, evidenciando a responsabilidade e

compromisso desta com a educação das crianças, bem como com a educadora que não possuía experiência com práticas escolares, mas, costumava dar reforço escolar em sua residência e se identificava com o ensino.

Viviane esclarece que há grande diferença entre as duas atividades, pois à professora da Pré-escola compete tirar a criança do seu convívio com a família e sistematizar o ensino de modo a orientar as crianças em suas experiências iniciais e no seu conhecimento de mundo a ser adquirido. De outro modo, no reforço escolar, os conteúdos já estão todos organizados e sistematizados, cabendo à mesma apenas o reforço em alguns conteúdos e aprendizagens dos educandos.

3.3. A criação de um Posto de Saúde

Devido a essa realidade impactante e a constante mobilização das lideranças em prol das necessidades da comunidade, o Sr. Teixeira, juntamente com os demais membros da U. M. S. J. A., compraram uma pequena casa na rua denominada Paquetá, para o funcionamento de um posto de saúde no qual dona Mariêta, moradora da comunidade, realizaria os atendimentos de primeiros socorros, entre eles partos de mulheres que não tinham como chegar às maternidades.

Figura 7 - Posto de saúde da comunidade Quatro Varas.



Fonte: arquivo da Escolinha Padre Henrique

Relata que foi conseguido um apoio do Banco do Brasil para o trabalho de Dona Mariêta, com a estruturação do posto de saúde, onde recebeu auxílio da Secretaria de Saúde, com uma geladeira, entre outros. Então, muitos benefícios foram feitos à comunidade Quatro Varas ao longo destes anos e mais ainda por meio das lutas e intervenções dos referidos sujeitos desta história.

Apesar da necessidade, com o passar do tempo houve uma proibição por parte dos órgãos competentes para que não fossem mais realizados partos no referido posto por conta da falta de instalações adequadas e exigidas pelos órgãos da saúde. Entretanto, ainda permaneceu o serviço de curativos e vacinação, pois durante as campanhas de vacinação as funcionárias da prefeitura utilizavam o espaço do posto para a realização desse serviço com o apoio e a adesão da comunidade.

O Sr. Teixeira relata que possuía uma kombi velha que utilizava para chegar até o lugar onde estava localizado o seu comércio. Esse mesmo transporte era utilizado para prestar socorro aos moradores da comunidade, quando estes necessitavam de ir à hospitais, maternidades ou mesmo para a realização de sepultamentos de crianças que faleceram em suas casas devido a enfermidades pela falta de condições para uma vida saudável. Conforme a fala dele, quando falecia uma criança, os próprios moradores se encarregavam de construir o caixão, produzido com madeiras doadas por uma fábrica denominada Esmaltec que ficava situada nas proximidades. Então, os moradores iam em busca dessa madeira para construir o pequeno caixão e levavam na referida kombi para fazer o sepultamento no cemitério do bairro Antônio Bezerra.

No concernente às condições de saúde, podemos afirmar que eram realmente muito precárias. O fato de ser um terreno em areia e mato favorecia a criação de pulgas na área, e as crianças que estavam sempre na rua e em contato com a terra eram tomadas por essas pulgas que quando não retiradas logo cresciam em seu corpo. As condições em que se encontravam pela escassez de água e falta de estrutura adequada para as moradias impediam que atitudes básicas de higiene fossem realizadas e, desse modo, crianças permaneciam expostas as pulgas do mato e vulneráveis ao contágio por piolhos e enfermidades de um modo geral.

O Dr. Adalberto Barreto, psiquiatra e professor da Universidade Federal do Ceará - UFC, logo após a criação do grupo de terapias comunitárias conseguiu com a ajuda do Professor Abreu Matos abrir uma *Farmácia Viva*²⁰ na área, projeto de extensão da UFC, favorecendo as experiências dos estudantes da referida universidade bem como a comunidade com a preparação de remédios e lambedores/xaropes à base de ervas medicinais. Dona Mariêta foi uma das partícipes nesse trabalho da referida farmácia, pois era uma senhora

²⁰ Projeto da Universidade Federal do Ceará (UFC), idealizado pelo professor Dr. Francisco Jose de Abreu Matos de promover a assistência social farmacêutica às comunidades, baseado nas recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), com ênfase aquelas voltadas aos cuidados primários em saúde, e diante da observação de que boa parte da população do Nordeste do Brasil não tinha acesso aos serviços de saúde, utilizando plantas da flora local como único recurso terapêutico.

muito conhecida na comunidade por ser cheia de experiências e saberes compartilhados com o povo, entre eles, trabalhos voltados à saúde da população na realização de curativos e partos, devido a necessidade das pessoas e ausência de postos de saúde na área.

Dentre os trabalhos e as ações realizadas na área de ocupação que permanecem até a atualidade, podemos citar: a *Escolinha Comunitária Padre Henrique* e o e o *Projeto 4 Varas*. O primeiro que continua em atividade, hoje apenas com a Educação Infantil por conta das exigências dos órgãos de regulamentação, pois, devido ao não alcance das condições impostas atualmente à escola, torna-se inviável o trabalho nos anos iniciais do Ensino Fundamental como no início de sua fundação; e o segundo continua o trabalho com terapias comunitárias, entre outros, no *Movimento Integrado de Saúde Mental e Comunitária do Ceará - MISMEC*.

Temos a informação que o posto de saúde com o passar do tempo foi desativado, funcionando atualmente apenas como moradia para dona Mariêta, onde ainda trabalha na preparação de remédios à base de plantas medicinais.

3.4. Urbanização das terras ocupadas

No que concerne à urbanização das terras, o Sr. Teixeira relata que após muitas idas aos órgãos da prefeitura conseguiram a energia elétrica para a área de forma regulamentada, no mandato do Prefeito Ciro Ferreira Gomes, em 1990. Embora já houvesse energia em alguns pontos da comunidade, alcançada por meio dos chamados “gatos”, ou seja, de forma clandestina alguns moradores da comunidade Quatro Varas, envolvidos nos trabalhos referentes à luta por seus direitos puxaram a energia elétrica da avenida mais próxima, hoje chamada Avenida Presidente Castelo Branco e/ou Leste Oeste, que possuía iluminação pública.

Figura 8 - Cruzamento das Ruas Alto da esperança e Padre Henrique na comunidade Quatro Varas em 1992.



Fonte: arquivo da Escolinha Padre Henrique.

Desse modo trouxeram energia elétrica provisoriamente para a comunidade que na época ficava situada em dunas e, assim, fizeram a ligação da energia com postes construídos de madeira pelos próprios moradores, pois até então as famílias utilizavam lamparinas à base de querosene ou quando em situação econômica um pouco melhor lâmpadas a gás para iluminar as suas casas.

Posteriormente, houve a conquista do direito a água encanada e saneamento básico pondo fim ao sofrimento das pessoas pela falta de água tratada e a dura labuta de ter que puxar água de poços profundos, cavados para a retirada de água por meio das chamadas bombas d'água ou de chafarizes, que distantes de suas casas eram utilizados com certo sacrifício para trazer água para casa em baldes ou recipientes grandes reutilizados para este fim, pois, conforme a fala do senhor Teixeira, “ter uma bomba d'água na porta de casa era um luxo”.

Figura 9 - Chafariz que abastecia a comunidade Quatro Varas.



Fonte: arquivo da Escolinha Padre Henrique.

Até que a ligação da água da CAGECE (Companhia de Água e Esgoto do Ceará) fosse realizada, o chafariz conseguido também na época das campanhas políticas, durante o mandato do Prefeito Juraci Magalhães, era uma válvula de escape dos moradores próximo a escola comunitária. Nesse período a integração do Sr. Teixeira com pessoas mais experientes promoveu o desenvolvimento da comunidade e dele próprio, enquanto pessoa humana, pois, conforme a sua fala, “não entendia muito do movimento, mas..., também falava pouco” e complementa: “eu trabalhava de motorista de ônibus e passei a ser líder comunitário [...]”. Então percebe-se que o movimento das lutas sociais trouxe mudanças bastante significativas ao seu modo de pensar bem como as suas vivências.

Percebe-se na fala do referido líder comunitário que todo o trabalho realizado durante a ocupação era a partir das necessidades básicas de um povo, desamparado pelos governantes vigentes e, por isso, à margem da sociedade. Todo esse cenário de pobreza e exclusão social foi transformado por meio da atividade do trabalho, realizado pelo homem na construção de uma comunidade e de uma identidade para aquela população, bem como a transformação dos homens que, a exemplo de outros, tiveram a oportunidade de se tornarem sujeitos ativos, cientes dos seus direitos, pois, além de reuniões e assembleias dirigidas pelos líderes do movimento, havia também a figura de um advogado pelo povo, na pessoa do Dr. José Airton Barreto, que num exercício de cidadania organizou o movimento social denominado *Centro dos Direitos Humanos do Pirambu - Amor e Justiça* na referida comunidade, estando a disposição para orientar aqueles que necessitavam de orientação e apoio na luta por seus direitos.

Assim, as ações humanas “ao transformarem as relações sociais, elas alteram o mundo dos homens dando origem a novos processos sociais que possuem consequências futuras que, em alguma medida, são causais” (LESSA e TONET, 2011, p. 31-32).

No caso da objetivação ocorrida na criação da escola comunitária, esta ocorreu inicialmente na consciência dos homens como uma prévia-ideação que possuía uma causalidade, a falta de escolas nas proximidades e muitas crianças ociosas nas ruas. Esse fato causou a necessidade de transformar uma cisterna d’água em uma escola. A partir da criação da escola surge a possibilidade de se formarem novos sujeitos que ao serem alfabetizados passam a possuir meios necessários para o exercício da cidadania necessários a evolução humana e a elevação da sua dignidade.

Nesse contexto evidencia-se a relevância do trabalho na constituição do ser social que, não apenas na interação com o meio, mas também com seus os semelhantes, transformam o mundo a sua volta e a si próprios. Estes, criando novas concepções e projetos, constroem um patrimônio histórico e cultural por meio da atividade do trabalho e de suas vivências que, posteriormente, serão repassadas às gerações futuras. Cientes da relevância desse resgate histórico, queremos enfatizar a importância dos relatos presentes neste trabalho como um meio a se chegar ao conhecimento da história de um povo, pois, na medida que os indivíduos passam a conhecer as suas raízes históricas e culturais, terão argumentos e estímulos para a construção do novo, utilizando-se do que já possuem, e ainda possuirão a consciência da importância de preservar esse patrimônio histórico.

4. A EDUCAÇÃO INFANTIL E SUAS CONTRIBUIÇÕES NA FORMAÇÃO DE UMA SOCIEDADE NOVA

A educação infantil, a partir da Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), engloba crianças na faixa etária de 0 a 5 anos de idade e compõe a primeira etapa da educação básica, na qual creche e Pré-escola integram-se, dividindo-se da seguinte forma: creche (0 à 3 anos) e Pré-escola (4 à 5 anos).

Conforme consta na DCNEI - Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Parecer CNE/CEB Nº 20/2009), essa etapa da educação básica “tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de zero a cinco anos de idade em seus aspectos físico, afetivo, intelectual, linguístico e social, complementando a ação da família e da comunidade”. Consta ainda no referido documento que, a partir das determinações presentes na Constituição Federal Brasileira, é responsabilidade do Estado oferecer a essas crianças “matrícula em escolas públicas (art. 205), gratuita e de qualidade (art. 206, incisos IV e VI), igualdade de condições em relação às demais crianças para acesso, permanência e pleno aproveitamento das oportunidades de aprendizagem propiciadas (art. 206, inciso I).”

Contudo, sabemos que essa igualdade de condições no que se refere a realidade das crianças das classes populares não pode ser igualada a das classes abastadas, pois estas quando privadas de suas necessidades básicas, como moradia, saúde, alimentação, possuem seus aspectos físicos, afetivo/psicológico e social afetados pelos problemas enfrentados em seu cotidiano, bem como comprometidos pela situação socioeconômica. Sendo assim, compreende-se que a princípio deve-se romper com as desigualdades sociais para de fato oferecer uma educação igualitária. Ademais, é necessário eliminar o dualismo educacional ainda existente e oferecer oportunidades de estudos com uma educação de qualidade até os demais níveis de ensino, para que haja realmente uma igualdade de condições nos âmbitos social e econômico da população brasileira.

Conforme a legislação vigente, a educação infantil é concebida como um espaço em que os sujeitos são considerados em sua totalidade e são conduzidos a desenvolver aprendizagens significativas, vivências e experiências, a partir da sua bagagem cultural de forma participativa e lúdica. Vale ainda ressaltar que, cabe às instituições educativas, abrir portas e, desse modo,

“garantir uma diversidade de experiências, contactos e práticas culturais das crianças, por meio da sua atividade lúdica, do jogo simbólico, da abertura de oportunidades da experiência, para regressar, com elas, à esse ponto nodal da infância, que é o das culturas infantis, por meio das quais as crianças interpretam e simbolizam o mundo.” (SARMENTO, 2015, p. 81-82).

Nessa perspectiva, a aprendizagem deve ocorrer em meio a brincadeiras e interações no ambiente escolar de forma lúdica e participativa, bem como em outros ambientes sociais e culturais que estimulem a imaginação da criança e enriqueça o seu repertório de conhecimentos, contribuindo com a sua aquisição de saberes e conhecimento de mundo.

Logo, a participação da família é considerada de grande relevância no desenvolvimento de todo esse processo educativo, pois “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (Lei nº 9.394/96, art. 1º). Sendo assim, as vivências dos educandos na família e na comunidade são promotoras de saberes que devem ser aproveitadas e consideradas no ambiente escolar, bem como, embasadas na afirmação de Sarmiento acerca da educação da infância, concebemos que esta “nasce das suas realidades sociais e culturais para daí se ampliar e desenvolver [...] partir das crianças e das suas práticas culturais para organizar a ação pedagógica: eis o princípio da ação.” (SARMENTO, 2015, p. 81).

Conforme podemos ver na DCNEI (2009, p. 8), a educação das crianças contribui na formação de uma sociedade nova quando segue princípios básicos e norteadores que colocam a criança como o centro do planejamento curricular, sendo eles: *Princípios éticos*, *Princípios políticos* e *Princípios estéticos*.

Os *Princípios éticos* atuam pela “valorização da autonomia, da responsabilidade, da solidariedade e do respeito ao bem comum, ao meio ambiente e as diferentes culturas, identidades e singularidades”. A partir desse princípio básico vê-se a importância de buscar perceber a zona de desenvolvimento potencial da criança e assumir uma postura de adulto mediador sabendo que, conforme a teoria vigotskiana, aquilo que ela conseguirá realizar com a ajuda do adulto poderá, posteriormente, realizar sozinha. Nesse sentido, o adulto/educador estará contribuindo com o desenvolvimento da criança em sua autonomia. Do mesmo modo o educador poderá atribuir tarefas às crianças, como por exemplo, cuidar do seu próprio material, entre outras atividades que incluem o cuidado consigo e com o outro. A criança precisa desde muito pequena aprender a se alimentar sozinha, fazer a higiene do seu corpo, escolher o que vai vestir e os materiais que deseja utilizar. Além disso, deve ser conduzida ao respeito pelo outro e ao meio ambiente, considerando as diferenças culturais, sociais, étnico-raciais e de gênero.

Os *Princípios políticos* experienciados na promoção “dos direitos de cidadania, do exercício da criticidade e do respeito a ordem democrática”. Esses princípios estão ligados a

valores que precisam ser transmitidos/apropriados pelos sujeitos, isto é, de forma participativa e não conteudista, de modo que estes aprendam vivenciando estes valores em seu cotidiano. Na vivência dos princípios políticos as crianças devem exercer a criticidade e a expressão de suas ideias, dúvidas, questões, e das suas formas de pensar e sentir, considerando o bem comum e o respeito a liberdade de expressão.

O terceiro destes são os *Princípios estéticos* que concerne a “valorização da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais”. Nas experiências estéticas da criança pequena, o ambiente no qual a criança irá realizar suas experiências e aprendizagens, deve ser considerado como um espaço promotor de saberes e lúdico, que pode ir sendo construído pelas crianças com os adultos como seus colaboradores e, além disso, disponibilizar materiais diversificados, para que os educandos realizem suas experiências e sejam estimulados em sua criatividade e capacidade criadora sem ter a sua autonomia abalada, mas, ao contrário disso, construir a sua identidade bem como construir as mais diversas formas de mundo e de culturas, apropriando-se das diferentes linguagens e saberes existentes na sociedade.

Compreende-se que uma sociedade que forma seus sujeitos desse modo está contribuindo para a formação de uma sociedade emancipada, onde os indivíduos reagem diante das situações circunstanciais de forma ativa, com iniciativa e liberdade, visando não apenas os seus próprios interesses, mas também o coletivo.

Ademais, a partir da teoria vigotskiana o desenvolvimento da criança é marcado por revoluções que ocorrem na transição de um período a outro na criança, desse modo, é importante reconhecer o papel fundamental que o adulto/educador exerce neste processo de mediação que realiza. Conforme Arce (2013, p. 27),

[...] se compreendermos que a interação com o adulto e as mediações por ele propiciadas são propulsoras das revoluções no desenvolvimento, o trabalho do professor de educação infantil ganha outro significado. Este professor passa de simples observador externo do crescimento infantil para alguém que planeja e atua direta e intencionalmente para o desenvolvimento integral da criança.

Em suma, entendemos a interação das crianças entre si e com o meio essencial para o seu desenvolvimento integral, bem como ao seu processo de autoconstrução, considerando os papéis de educando e educador como sujeitos ativos na construção do conhecimento, destacando o professor como condutor do processo ensino-aprendizagem.

4.1. As contribuições da educação no contexto da comunidade Quatro Varas para a formação de sujeitos autônomos e de uma sociedade emancipada

No contexto da comunidade Quatro Varas está a Escolinha Comunitária Padre Henrique e a partir de todo o exposto é possível afirmar que a educação ofertada na referida instituição possui um caráter emancipatório, quando é ativa na busca pela transformação da consciência dos sujeitos, conduzindo-os a uma participação ativa nas atividades em que realizam, tanto no que concerne à formação das crianças como nas vivências proporcionadas ao adulto no exercício de suas funções.

Esse processo ocorre dentro da rotina pedagógica da referida escola que, por sua vez, é promotora de momentos de interações e brincadeiras no ambiente de aprendizagem, organizados de modo que a criança aprenda a viver em sociedade, compreendendo que nas vivências humanas existem regras e valores que precisam ser respeitados. Considerando a criança como um ser construído socialmente, o trabalho realizado na instituição citada é voltado para o desenvolvimento da autonomia das crianças estimulando-as ao cuidado com seus materiais individuais, a identificá-los e manuseá-los com/sem a interferência da educadora.

A sala de atividades possui um espaço com uma variedade de livros de literatura infantil, expostos ao olhar das crianças, que são estimuladas a leitura a partir do seu grau de compreensão e imaginação por meio das ilustrações presentes nos livros. A educadora, por sua vez, favorece a compreensão das crianças nesse mundo, envolto a ludicidade, na leitura das histórias em momentos de descontração e deleite das crianças.

Figura 10 - Sala de atividades da Escolinha Padre Henrique em 2017.



Fonte: elaborada pela autora.

Embora consideremos a criança como sujeito ativo e competente, a figura da professora é, também, considerada de grande relevância para a transmissão de valores e conhecimentos, bem como na formação de conceitos pela criança e na construção de uma

sociedade nova. Pois, o educador como referência à criança, realiza a mediação entre ela e os instrumentos necessários ao seu desenvolvimento de forma integral. Conforme Arce *et al* (2012, p.2), o papel do professor “é essencial para o processo de formação integral da criança pequenina e sua constituição como membro do gênero humano”, contrapondo-se a outras teorias que afirmam o professor apenas como observador no processo educativo da criança pequena, com papel secundário, que conforme a autora desvaloriza o profissional de educação em sua atuação docente. Portanto, ambos, educando/a e educador/a devem possuir participação ativa na apropriação/construção do conhecimento dentro do processo educativo das crianças.

Nessa perspectiva, a Escolinha Comunitária Padre Henrique possui um suporte em material estruturado, no desenvolvimento das suas atividades, por meio de livro didático adotado pela instituição e, dentro da sua rotina diária, realiza momentos específicos, entre eles, um denominado pela instituição como *Hora da rodinha* que é um momento de se criar vínculos afetivos e de amizade, pois as crianças falam das suas experiências e também escutam as experiências dos outros, fazem uma oração (demonstrando uma religiosidade cristã reconhecida pela instituição como presente em sua comunidade de aprendizagem), na ocasião estas cantam, expressam-se, com a mediação do professor/educador no ambiente educacional.

Dentro do contexto das práticas pedagógicas entende-se que as crianças devem ser orientadas por propostas que valorizam a sua participação na construção do novo. Nesse sentido, e numa perspectiva sócio ambiental, o PPP (Projeto Político Pedagógico) da instituição propõe a realização de experiências e vivências coletivas em que os educandos podem participar ativamente, como por exemplo, na construção de uma horta vertical no interior da escola e na realização das demais atividades propostas, complexificando as suas estruturas mentais e ampliando os seus conhecimentos. Compreende-se que, “a interação com os adultos é, portanto, responsável pelo desenvolvimento bio-psico-social desta criança; pois é através das mediações que esta interação propicia que a criança irá se construir e se colocar no mundo” (ARCE, 2013, 23).

Figura 11 - Infantil IV na construção de uma horta vertical com garrafas pet



Fonte: elaborada pela autora.

A partir destas observações percebe-se a importância do adulto/educador na educação infantil como aquele que possui o papel de apresentar o mundo a criança bem como as mais diversas possibilidades de transformá-lo numa participação ativa dentro e fora do contexto escolar.

Desse modo, a abordagem utilizada pela escola está de acordo com as ideias defendidas por Siraj-Blatchfor e Sylvia Kathy (2004 *apud* ARCE, 2013, p. 31-32), corroborando que no processo educativo da educação infantil o ensino não é entendido como algo danoso, desde que haja uma intencionalidade pedagógica que promova a reflexão e desafios às crianças, pois, considera-se que

[...] deve haver um equilíbrio entre as atividades estruturadas proposta pelo professor e as atividades em que a criança é encorajada a tomar a iniciativa. Ao adulto, ao professor, cabe propiciar estas oportunidades de aprendizagem por meio de planejamento constante e avaliações do desenvolvimento das crianças. Entretanto, as autoras ressaltam que as atividades abertas em que a criança toma iniciativa, por vezes propiciadas por meio de brincadeiras, devem ser também planejadas e pensadas pelo professor.

Vale ressaltar que, no professor/educador também há uma transformação da consciência que ocorre durante o processo de formação das crianças e das suas vivências enquanto educador. Essa interação se estabelece entre educando-educador e família-educador, conforme pudemos evidenciar nas falas das educadoras da referida instituição de ensino, na pessoa da Sra. Maria Lucineide Ferreira e de Viviane Lopes da Silva, que afirmam tais experiências como significativas e relevantes em sua formação enquanto pessoa. Evidenciando a importância dessas relações, trazemos ainda o que há na DCNEI (2009, p. 7) a esse respeito, a saber:

Também as professoras e os professores têm, na experiência conjunta com as crianças, excelente oportunidade de se desenvolver como pessoa e como

profissional. Atividades realizadas pela professora ou professor de brincar com a criança, contar-lhe histórias, ou conversar com ela sobre uma infinidade de temas, tanto promovem o desenvolvimento da capacidade infantil de conhecer o mundo e a si mesma, de sua autoconfiança e a formação de motivos e interesses pessoais, quanto ampliam as possibilidades da professora ou professor de compreender e responder às iniciativas infantis.

Outro momento específico reservado à criança é o momento denominado *brincar livre* no qual a criança entra no mundo da fantasia, da imaginação, cria e recria as mais diversas situações, desenvolvendo a sua capacidade criadora e o seu potencial com participação ativa por meio da brincadeira de papéis sociais as quais são criadas no momento da brincadeira e do faz-de-conta. Ademais, “na medida em que o grupo de crianças interage, são construídas as culturas infantis” (DCNEI, 2009, p. 7) além de promover o desenvolvimento das suas funções psíquicas, conforme já foi citado neste trabalho a partir da teoria vigotskiana (2014).

Figura 12 - Brincadeira livre, utilizando blocos de montar.



Fonte: elaborada pela autora.

Sendo assim, a referida instituição, conforme a DCNEI (2009),

“a exemplo de todas as instituições nacionais e principalmente, como o primeiro espaço de educação coletiva fora do contexto familiar, ainda se inscreve no projeto de sociedade democrática desenhado na Constituição Federal de 1988 (art. 3º, inciso I) com responsabilidades no desempenho de um papel ativo na construção de uma sociedade livre, justa, solidária e socioambientalmente orientada.

A Escolinha Comunitária Padre Henrique visa contribuir e proporcionar na educação infantil a construção da identidade das crianças, enquanto indivíduos, e, em consonância com a comunidade, trabalhar por meio de uma proposta curricular que promova aprendizagens significativas na articulação entre cuidados, brincadeiras e educação. Para isso, são apresentados em sua proposta pedagógica valores e princípios direcionados à: amizade, união, respeito às diferenças, afetividade, ética, solidariedade, ludicidade, sentimento de pertença ao grupo social no qual estão inseridos, conscientização de que são capazes de construir,

transformar e fazer a diferença em meio a uma sociedade que demonstra traços de individualismo, de desigualdades socioeconômicas e de segregação.

Figura 13 - Atividade estruturada pela professora para a criança formar o seu nome.



Fonte: elaborada pela autora.

A brincadeira também ocorre de forma estruturada, orientada pela educadora, garantindo a apropriação do conhecimento por meio de jogos, valorização da imaginação e capacidade criadora, reconto da leitura de histórias, brincadeiras de roda, entre outras. Nessa ação pedagógica, concebemos que “a interação com os adultos é o ponto de partida para que a brincadeira ganhe corpo e, também, para que, aos poucos, a interação com os pares ganhe forma e vida” (ARCE, 2013, p. 26).

Nesse sentido e a partir da concepção de criança como um ser social, cultural, político e portador de direitos, as ações explicitadas acima são realizadas na proposta pedagógica da Escolinha Comunitária Padre Henrique com o ideal de contribuir para a formação de um homem novo, de forma divergente à algumas perspectivas para atuar no mundo de hoje, ou seja, na atualidade, cada um conforme o seu nível de desenvolvimento seja esta criança ou adulto.

4.2. Distribuição das crianças por faixa etária, gênero, raça/etnia, deficiência e território, atendidas na Escolinha Comunitária Padre Henrique em 2017:

Quadro 1 - Perfil das crianças de creche - Infantil III		
Idade:	7 (crianças) = 3 anos	7 (crianças têm) = 4 anos

Sexo:	 2  5	 4  3
Raça/ etnia:	(11) pardos (0) negro (0) branco (3) não informado	
Deficiência:	1- TEA (suspeita)	
Território:	próprio bairro da escola	

Fonte: elaborada pela autora com a turma de Estágio: organização e gestão de sistemas escolares II – 2017.2

No Infantil III do total de 14 crianças, sete têm três anos de idade, sendo duas meninas e cinco meninos, e as outras sete crianças têm quatro anos de idade, dentre elas quatro são meninas e três são meninos. Em relação à raça/ etnia, os pais de onze crianças as declararam pardas, nenhuma negra, nenhuma branca e três não informaram. Quanto a deficiência, tem uma criança com suspeita de TEA (Transtorno do Espectro Autista), a mesma está recebendo acompanhamento clínico para diagnóstico. Todos moram próximos da escola.

Quadro 2 - Perfil das crianças da pré-escola - Infantil IV		
Idade:	10 (crianças) = 4 anos	3 (crianças) = 5 anos
Sexo:	 6  4	 3
Raça/ etnia:	(5) pardos (0) negro (5) branco (3) não informado	
Deficiência:	1- TEA (suspeita)	
Território:	próprio bairro da escola	

Fonte: elaborada pela autora com a turma de Estágio: organização e gestão de sistemas escolares II – 2017.2

No Infantil IV do total de 13 crianças, dez têm quatro anos de idade, sendo seis meninas e quatro meninos, e as outras três crianças têm cinco anos de idade, todas meninas. Em relação à raça/ etnia, os pais de cinco crianças as declararam pardas, nenhuma negra, cinco brancas e três não informaram. Quanto a deficiência, tem uma criança com suspeita de TEA, a mesma também está recebendo acompanhamento clínico para diagnóstico. Todos moram próximos da escola.

4.3. Perfil das Famílias atendidas na Escolinha Comunitária Padre Henrique em 2017

Quadro 3 - Perfil socioeconômico - Infantil III				
Renda familiar:	5 > que um salário mínimo	3= um salário mínimo	4 < que um salário mínimo	2 (desempregados)
Bolsa família:	11 (recebem)	2 (não recebem)	1(não informado)	
Escolaridade:	4 (Ens. Médio)	6 (Ens. Fund.)	1 (não informado)	
Religião:	4 (católicos)	6 (evangélicos)	4 (não informado)	

Fonte: elaborada pela autora com a turma de Estágio: organização e gestão de sistemas escolares II – 2017.2

A renda familiar das crianças do Infantil III é dividida da seguinte forma: cinco recebem mais de um salário mínimo, três têm renda igual a um salário, quatro recebem menos que um salário e dois estão desempregados. Em relação ao Bolsa Família, onze informaram que são beneficiários, dois não recebem e um não informou.

No que se refere ao grau de escolaridade, quatro têm Ensino Médio, seis têm Ensino Fundamental e um não informou. Quanto a religião, quatro afirmaram ser católicos, seis evangélicos e quatro não informaram.

Quadro 4 - Perfil socioeconômico - Infantil IV				
Renda familiar:	1 > que um salário mínimo	8= um salário mínimo	2 < que um salário mínimo	2 (não informado)
Bolsa família:	7 (recebem)	5 (não recebem)	1(não informado)	
Escolaridade:	6 (Ens. Médio)	3 (Ens. Fund.)	1(Ens. Superior) e 1 (não informado)	
Religião:	4 (católicos)	6 (evangélicos)	4 (não informados)	

Fonte: elaborada pela autora com a turma de Estágio: organização e gestão de sistemas escolares II – 2017.2

No que se refere ao Infantil IV, a renda familiar das crianças segue a seguinte descrição: um recebe mais de um salário mínimo, oito têm renda igual a um salário, dois recebem menos que um salário e dois não informado. Em relação ao Bolsa Família sete informaram que são beneficiários, cinco não recebem e um não informou.

No tocante ao grau de escolaridade, seis têm Ensino Médio, três têm Ensino Fundamental, um Ensino Superior e um não informou. Quanto a religião, quatro afirmaram ser católicos, seis evangélicos e os outros quatro não informaram.

4.4. Perfil da Comunidade de aprendizagem atendida na Escolinha Comunitária Padre Henrique

A comunidade Quatro Varas, na qual fica situada a Escolinha Comunitária Padre Henrique, é um terreno de ocupação que foi ocupado no ano de 1986 por pessoas em situação de vulnerabilidade social bem como ex-funcionários da antiga fábrica que abriu falência. Fundada em meio as lutas sociais pela desapropriação das terras e urbanização da área, a referida comunidade travou muitas lutas pelo direito à moradia, saúde, educação e saneamento básico.

Figura 14 - Fachada da Escolinha Comunitária Padre Henrique em 24/08/2017.



Fonte: arquivo próprio da escola.

Atualmente, a comunidade é composta por classe popular, sendo a maioria de baixa renda, que necessita do apoio social para a subsistência. No que se refere à educação, as escolas e creches que existem nas proximidades não são suficientes para suprir a necessidade da comunidade. Além disso, não há nenhum tipo de espaço para momentos de lazer e entretenimento, como praças, parques, shoppings para a população. Desse modo, as crianças e adolescente permanecem ociosas, quando não estão no ambiente escolar.

O único lugar no qual poderia ser oferecida uma oportunidade de entretenimento para as crianças e os demais moradores seria o calçadão Vila do Mar, no entanto, o crime e a marginalidade presente no local não oferecem segurança para as famílias levarem as suas crianças com liberdade e descontração para um passeio/momento de lazer.

A população existente é formada por trabalhadores de fábricas, comerciantes, diaristas, pedreiros de construção, entre outros. Muitos não possuem o ensino médio concluído e tiveram que abandonar os estudos por conta da necessidade de trabalhar. Embora grande parte seja da classe trabalhadora, há uma parcela à margem que permanece desempregada e exposta ao mundo do crime. Este, por sua vez, tem atuado com muita força na comunidade, atraindo jovens e mesmo crianças que, ociosas e em condições socioeconômicas degradante, muitas vezes são arrastadas pelo crime organizado e, por vezes, acabam perdendo a própria vida.

Há também uma parcela ligada à religiosidade cristã, como por exemplo, cristãos da Igreja Católica e denominações evangélicas que por meio da evangelização atuam na comunidade, visando atrair esses sujeitos a outros caminhos ligados a fé e ao bem comum. São muitas as igrejas evangélicas situadas no entorno da comunidade e observa-se que muitos jovens têm passado por elas, todavia, não permanecem a longo prazo na fé que receberam, demonstrando que não acontece de fato uma apropriação desta e, desse modo, a inconstância dá espaço ao retorno à vida pregressa.

É nesse contexto que está inserida a referida escola, com a Educação Infantil e um firme propósito de apresentar às crianças caminhos divergentes, que as conduzam ao progresso e à possibilidades de ascensão social, cultivando valores e saberes que elevem a dignidade humana.

4.5. Localização territorial

A Escolinha Comunitária Padre Henrique está localizada na Rua Padre Henrique, 1098, no bairro Barra do Ceará. Inserida na comunidade Quatro Varas, uma extensão da área do Pirambu.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando todo o contexto do trabalho comunitário realizado nas áreas de ocupação expostas no decorrer dessa pesquisa, evidenciamos que a iniciativa de um povo diante das suas necessidades e da ineficiência das políticas públicas possibilita o alcance da sua subsistência e da construção do novo, por meio da atividade do trabalho, que, segundo Marx (1989), é categoria fundante do ser social, corroborando com a teoria Vigotskiana (2014), acerca do desenvolvimento humano, que, por sua vez, é impulsionado pela atividade dominante realizada pelo homem na sua interação com o meio. Essa atividade dominante, conforme a periodização do desenvolvimento humano (ELKONIN 2000, *apud* ARCE, 2013), na fase adulta corresponde a atividade profissional/trabalho e na infância é dividida por períodos que são considerados no processo educacional das crianças.

É belo perceber a imensa capacidade que o homem possui para construir e transformar. Essa capacidade para projetar e objetivar suas ações faz dele um ser peculiar e de grande valia. Por isso, entendemos que este não deve ter as suas potencialidades limitadas, como no trabalho escravo, ou mesmo submisso a outros homens por questões de poder. Essa capacidade do homem de criar, construir e transformar deve e precisa ser utilizada para o seu progresso, na busca do bem comum, mas, ao contrário disso, ainda vemos muitas desigualdades e divisões de classes.

O processo educativo na comunidade Quatro Varas, no período de sua fundação, ocorreu de forma externa e interna ao ambiente escolar. Na troca de saberes e experiências, a compreensão dos sujeitos acerca do mundo a sua volta foi complexificando-se e expandindo-se de modo a constituir um povo e uma cultura. Desse modo, evidenciamos a interação social como um meio para o desenvolvimento humano que corrobora em vários aspectos com as necessidades dos homens, promovendo ainda a cura de enfermidades que antes eram alcançadas apenas por meio de medicamentos, conforme estudos e trabalhos de Barreto (2008), bem como a criação de uma escola comunitária para a primeira infância que deveria ser ação promovida pelos governantes.

Contatamos por meio de relatos que tais experiências trouxeram mudanças significativas na forma dos indivíduos pensarem e perceberem o mundo a sua volta. A conquista das terras precede o início de muitas outras objetivações entre os trabalhos

comunitários desenvolvidos, de forma organizada, pelos moradores da comunidade Quatro Varas.

A oportunidade oferecida às crianças para frequentar a escola, dentro da sua comunidade, como parte integrante da sua vida, contribui para o seu desenvolvimento e construção de uma identidade, pois esse ato educativo se realiza na socialização e integração com indivíduos e sociedade. Quando esse ato educativo ocorre de forma emancipadora, passa pelo ato de refletir e se posicionar diante das mais diversas realidades, apropriando-se dos conhecimentos adquiridos. Este não é produzido por si só, mas necessita de uma mediação e um contexto para se efetivar.

Nesse contexto, as escolas comunitárias possuem características peculiares, pois são criadas pela sociedade civil que em ação conjunta buscam transformar uma realidade que não conduz aos seus objetivos e anseios. Assim, culturas são elaboradas e os sujeitos são formados em meio a ações que visam a emancipação, seja de modo individual ou conforme as tradições de um povo. Entre as objetivações realizadas em meio a comunidade Quatro Varas está a Escolinha Comunitária Padre Henrique que permanece até os dias atuais na luta para que não falte educação aos seus, e que seja uma educação dentro das suas possibilidades em termos de acesso e recursos.

Com base na procura por vagas e matrículas realizadas na Escolinha Comunitária Padre Henrique, podemos evidenciar a insuficiência das creches e escolas públicas existentes nas proximidades, bem como, o não cumprimento das leis existentes. Em detrimento disso, fica claro a demanda por educação básica, assim como, atesta a ineficácia do poder público na oferta por educação.

Ademais, a educação infantil realizada na Escolinha Comunitária Padre Henrique valoriza as particularidades de cada criança, respeita o seu tempo no processo educativo e a considera um ser capaz e competente. Nesse sentido, a participação das crianças e a valorização da autonomia, criticidade e criatividade das mesmas são consideradas de grande relevância, bem como, estimuladas no âmbito escolar, sem perder de vista que o professor/educador possui um papel fundamental neste processo “contraditoriamente ao que vem sendo defendido na área, [pois] pensar que tipo de conhecimento deve ser priorizado nessa etapa não significa “tirar das crianças” o seu direito à infância quando o professor intervém ou direciona as atividades pedagógicas” (PRADO e AZEVEDO *apud* ARCE *et al*, 2012, p. 34).

A partir dessa perspectiva, entende-se que o professor deve desenvolver práticas pedagógicas que não anule a sua criatividade nem dos seus educandos, mas, ao contrário

disso, estimule-os a criar e recriar, apropriando-se do conhecimento de forma ativa, envolvendo teoria e prática, de modo que ocorra uma educação emancipatória para todos e, além disso, que se alcance a autoconstrução do homem de forma autêntica e livre.

Em suma, damos ênfase a participação popular no processo educativo desses sujeitos que, por sua vez, forneceu e ainda fornece as bases para a educação de várias crianças e levou muitos indivíduos ao exercício da cidadania e a emancipação humana, além de contribuir com medidas alternativas para as ações do governo em meio as necessidades do povo.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Maria Lucimar Miranda de. **Escolas comunitárias em Fortaleza: um estudo de caso.** Tese - São Paulo: Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1995.
- ARCE, Alessandra (Org.). **Interações e brincadeiras na educação infantil.** Campinas: Editora Alínea, 2013.
- ARCE, Alessandra; JACOMELI, Maria Regina Martins (Orgs.). **Educação infantil versus educação escolar?:** entre a (des) escolarização e a precarização do trabalho pedagógico nas salas de aula. Campinas: Autores Associados, 2012.
- BARRETO, Adalberto de Paula. **Terapia comunitária: passo à passo.** 3ª ed. Fortaleza: Gráfica LCR, 2008.
- BARRETO, Adalberto de Paula; BOYER, Jean-Pierre. **O índio que vive em mim: itinerário de um psiquiatra brasileiro.** 2ª ed. São Paulo: Terceira Margem, 2009.
- BARRETO, Adalberto de Paula. VIANA, Norberta. **Do sertão à favela: da exclusão à inclusão.** Fortaleza: Gráfica VT, 1999.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 15/09/14.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA** (Lei 8.069/90). Brasília, 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>. Acesso em: 15/09/14.
- BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil** (Parecer CNE/CEB Nº 20/2009). Brasília, 2009.
- CANÇADO, Taynara Candida Lopes; SOUZA, Rayssa Silva de; CARDOSO, Cauan Braga da Silva. **Trabalhando o conceito de Vulnerabilidade Social.** Disponível em <http://www.abep.org.br/~abeporgb/abep.info/files/trabalhos/trabalho_completo/TC-10-45-499-410.pdf> Acesso em: 15/11/2017.
- CARNEIRO. Moaci Alves. **Educação Comunitária: Faces e formas.** 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- Iniciativa do Brasil Erlangen-Nürnberg eV. Disponível em: <<http://www.brasilieninitiative.eu/>> Acesso em: 04/11/2017.
- KREUTZ, Lúcio. Escolas comunitárias de imigrantes no Brasil: instâncias de coordenação e estruturas de apoio. **Revista Brasileira de Educação.** São Leopoldo-RS: Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. nº 15. p. 159-176. Set/Out/Nov/Dez 2000.
- LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. Introdução à filosofia de Marx. 2ª ed. São Paulo: Editora Expressão Popular Ltda, 2011.

MARTINS, João Carlos. Vygotsky e o papel das interações sociais na sala de aula: reconhecer e desvendar o mundo. **Publicação: Série ideias**. São Paulo: FDE, n. 28, p. 111-122, 1997.

MARX, Karl. **O capital**. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. Livro 1, v. I.

RABELO, Jackline; JIMENEZ, Susana; SEGUNDO, Maria das Dores Mendes (Org.). **O movimento de educação para todos e a crítica marxista**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2015.

SARMENTO, Manuel Jacinto. Para uma agenda da educação da infância em tempo integral assente nos direitos da criança. In: ARAÚJO, Vania Carvalho de (Org.); SARMENTO, Manuel Jacinto; MAURÍCIO, Lúcia Velloso; PEIXOTO, Edson Maciel; SCHUCHTER, Terezinha Maria; Aquino, Ligia Leão de. **Educação Infantil em jornada de tempo integral: dilemas e perspectivas**. [Brasília, DF]: Ministério da Educação; Vitória: EDUFES, 2015.

SAVIANI, Dermeval. História da história da educação no Brasil: um balanço prévio e necessário. **EccoS – Revista Científica**. São Paulo: v.10, n. especial, p. 147-167, 2008a.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1992.

STRECK, Gisela I. Waechter. Escolas Comunitárias: sua história, suas crises, suas chances e tarefas. **Estudos Teológicos**. Porto Alegre, v. 37, n. 2, p. 182-195, 1997.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

VALLA, Victor Vicent. Procurando compreender a fala das classes populares. In: VALLA, Victor Vicent (Org.). **Saúde e educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000, p. 11-32.

VIGOTSKI, Lev Semenovich. **A formação Social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. 7ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

VIGOTSKII, Lev Semenovich; LURIA, Alexander Romanovich; LEONTIEV, Alex N. **Linguagem, Desenvolvimento e Aprendizagem**. 12ª ed. São Paulo: Ícone, 2014.

APÊNDICES – ROTEIROS DE ENTREVISTAS E TERMOS DE AUTORIZAÇÃO

Roteiros de entrevistas

O roteiro das entrevistas varia de acordo com as atividades vivenciadas pelos sujeitos envolvidos, embora tenham o mesmo objetivo: conhecer como se deu o desenvolvimento dessa história, qual o papel do homem nesse processo e seu vínculo com a educação, à saber:

- José Sousa Teixeira – líder comunitário e fundador da Escolinha Comunitária Padre Henrique:

1. Conte-me sobre a história da fundação da Comunidade Quatro Varas.
2. No que concerne à educação quais as atividades desenvolvidas em benefício dessa população?
3. Se houve, conte-me quais foram as pessoas envolvidas nessas atividades e o que foi construído para este fim.
4. Como está hoje?
5. Essa experiência influenciou/contribuiu no que o senhor é hoje? Em que?

- Maria Lucineide Ferreira - 1ª Professora na Escolinha Comunitária Padre Henrique:

1. Qual foi a sua participação na fundação da Comunidade Quatro Varas e quais as atividades desenvolvidas na época?
2. Como foi a sua experiência na Escolinha Comunitária Padre Henrique?
3. Na sua visão, qual a importância desse trabalho na educação dos moradores dessa comunidade?
4. Como era a sua atuação enquanto professora e qual o principal objetivo deste trabalho?

- Viviane Lopes da Silva - Aluna da Escolinha Comunitária Padre Henrique e posteriormente professora na escola:

1. Como foi a sua experiência na Escolinha Comunitária Padre Henrique?

2. Na sua visão, qual a importância desse trabalho na educação dos moradores dessa comunidade?
3. Na sua vida escolar, teve relevância?
4. Como era a sua atuação enquanto professora na escola e qual o principal objetivo do trabalho realizado nela?

Termos de autorização para uso de imagens²¹

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS

Eu, _____,
AUTORIZO a Profa. ROSELENE SILVA TEXEIRA, coordenador(a) da pesquisa intitulada: LUTAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO NA COMUNIDADE QUATRO VARAS: UMA ANÁLISE NA PERSPECTIVA VIGOTSKIANA a fixar, armazenar e exibir a minha imagem por meio de fotos com o fim específico de inseri-la nas informações que serão geradas na pesquisa, aqui citada, e em outras publicações dela decorrentes, quais sejam: monografia, revistas científicas, congressos e jornais.

A presente autorização abrange, exclusivamente, o uso de minha imagem para os fins aqui estabelecidos e deverá sempre preservar o meu anonimato. Qualquer outra forma de utilização e/ou reprodução deverá ser por mim autorizada.

Fortaleza, 11 de dezembro de 2017.

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura do pesquisador responsável

²¹ Originais assinadas com autor

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS

Eu, _____,
responsável legal pela criança _____

_____ **AUTORIZO** a Profa. ROSELENE SILVA TEXEIRA, coordenador(a) da pesquisa intitulada: LUTAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO NA COMUNIDADE QUATRO VARAS: UMA ANÁLISE NA PERSPECTIVA VIGOTSKIANA a fixar, armazenar e exibir a imagem da criança citada neste termo por meio de fotos com o fim específico de inseri-la nas informações que serão geradas na pesquisa, aqui citada, e em outras publicações dela decorrentes, quais sejam: monografia, revistas científicas, congressos e jornais.

A presente autorização abrange, exclusivamente, o uso da imagem para os fins aqui estabelecidos e deverá sempre preservar o anonimato da criança. Qualquer outra forma de utilização e/ou reprodução deverá ser por mim autorizada.

Fortaleza, 11 de dezembro de 2017.

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura do pesquisador responsável

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA USO DE IMAGENS

Eu, JOSE SOUSA TEIXEIRA, responsável legal pela ESCOLINHA COMUNITÁRIA PADRE HENRIQUE E ASSOCIAÇÃO DE MORADORES EDUCACIONAL PADRE HENRIQUE **AUTORIZO** a Profa. ROSELENE SILVA TEXEIRA, coordenadora da pesquisa intitulada: LUTAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO NA COMUNIDADE QUATRO VARAS: UMA ANÁLISE NA PERSPECTIVA VIGOTSKIANA a fixar, armazenar e exibir as imagens da ESCOLINHA COMUNITÁRIA PADRE HENRIQUE E ASSOCIAÇÃO DE MORADORES EDUCACIONAL PADRE HENRIQUE por meio de fotos e atividades do intercâmbio com crianças da Alemanha com o fim específico de inseri-la nas informações que serão geradas na pesquisa, aqui citada, e em outras publicações dela decorrentes, quais sejam: monografia, revistas científicas, congressos e jornais.

A presente autorização abrange, exclusivamente, o uso da imagem para os fins aqui estabelecidos e deverá sempre preservar o anonimato das crianças envolvidas. Qualquer outra forma de utilização e/ou reprodução deverá ser por mim autorizada.

Fortaleza, 11 de dezembro de 2017.

Assinatura do participante da pesquisa

Assinatura do pesquisador responsável

ANEXOS – IMAGENS DE TRABALHOS E DOCUMENTOS DA INSTITUIÇÃO

Imagens dos trabalhos elaborados pelas crianças alemãs no intercâmbio com crianças da Escolinha Comunitária Padre Henrique

Figura 15 - Correspondência de criança da Alemanha para crianças no Brasil.

Volksschule Lichteneiche
- Grund- und Teilhauptschule I -
Memmelsdorf

Volksschule Lichteneiche - Kapellenstraße 34 - 8608 Memmelsdorf 2

Exemplo: Das Spiel „Komm mit! Lauf weg!“

Habt ihr auch ein Spiel für uns?

Um abruzgo
die Kinder aus
Lichteneiche
von der 1. und 2. Klasse

Hier das Spiel:

1. alle Kinder stehen im Kreis ein Kind läuft aussen

2. klopft auf den Rücken und ruft:

3. „Komm mit!“ hinterher rennen und fangen

oder

4. „Lauf weg!“ anders herum: Wer ist zuerst in der Lücke?

tracufão

Fonte: arquivo da Escolinha Padre Henrique.

Figura 16 - Verso da figura 15 - correspondência de criança da Alemanha para crianças no Brasil. Tradução: Gerdi Pessler.

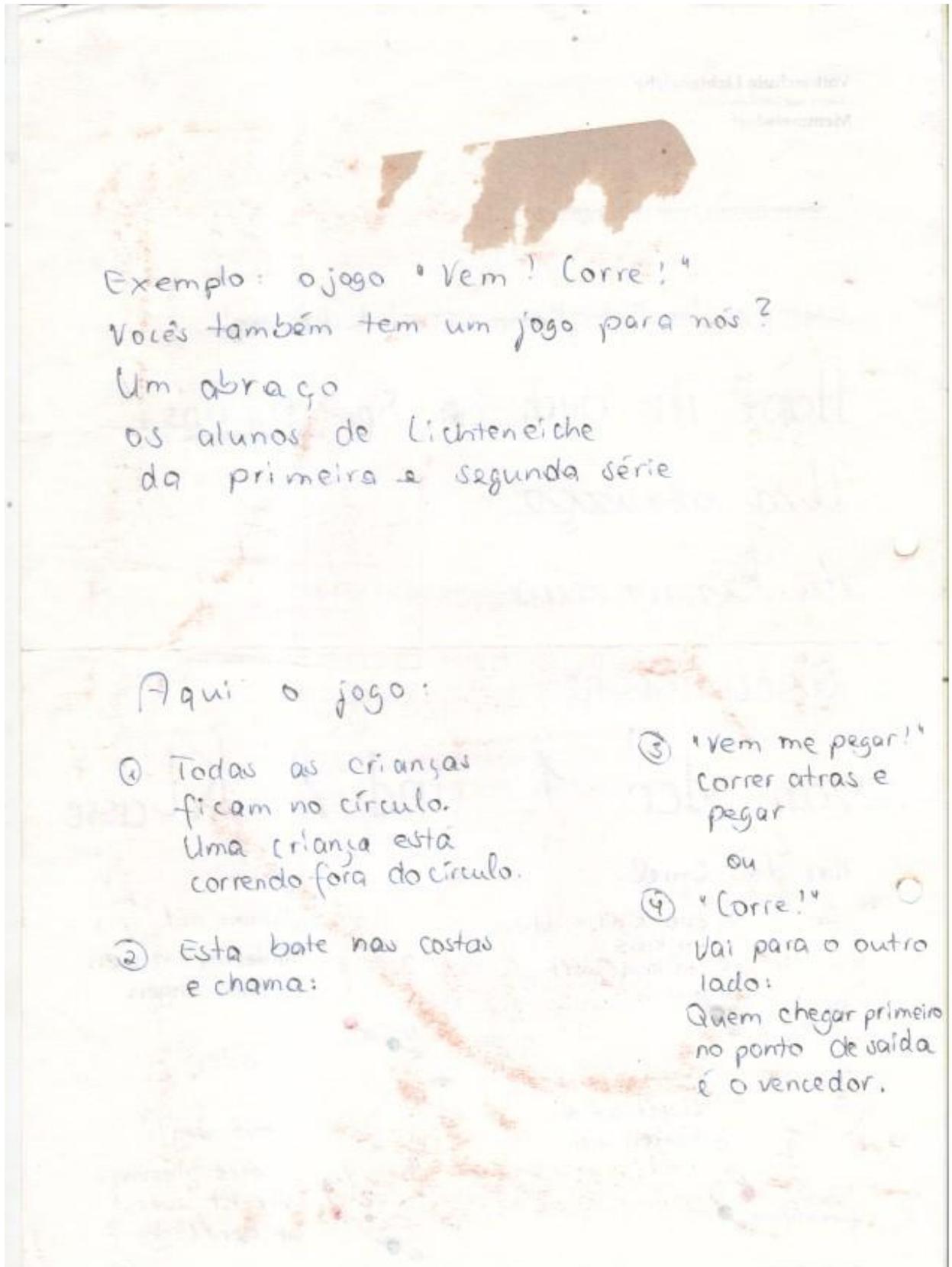
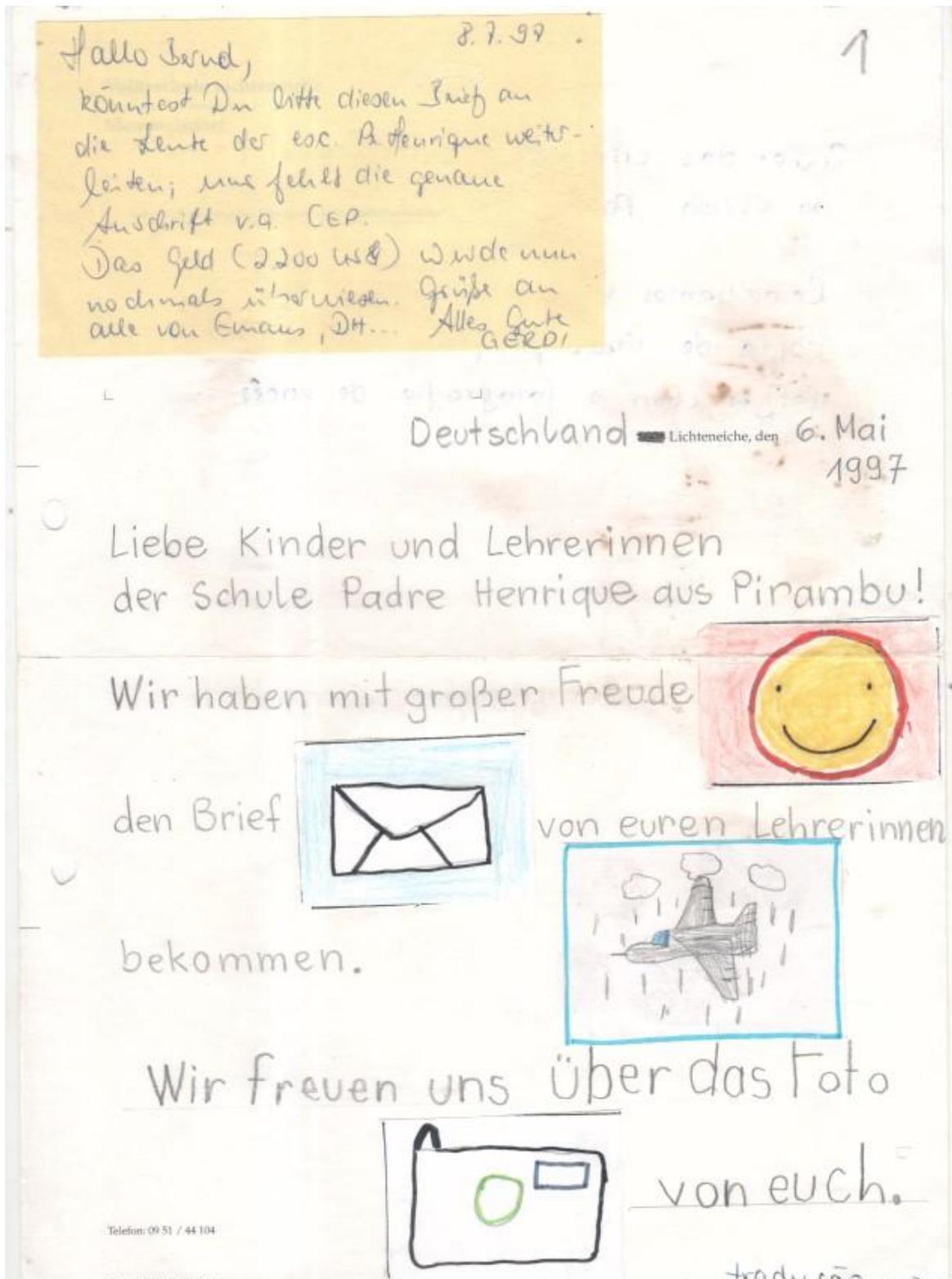


Figura 17 - Correspondência de criança da Alemanha para crianças no Brasil



Fonte: arquivo da Escolinha Padre Henrique.

Figura 18 - Verso da figura 17 - correspondência de criança da Alemanha para crianças no Brasil. Tradução: Gerdi Pessler.

Alemanha, 6 maio '97

Queridas crianças e professoras /
da escola Padre Henrique de Pirambú .

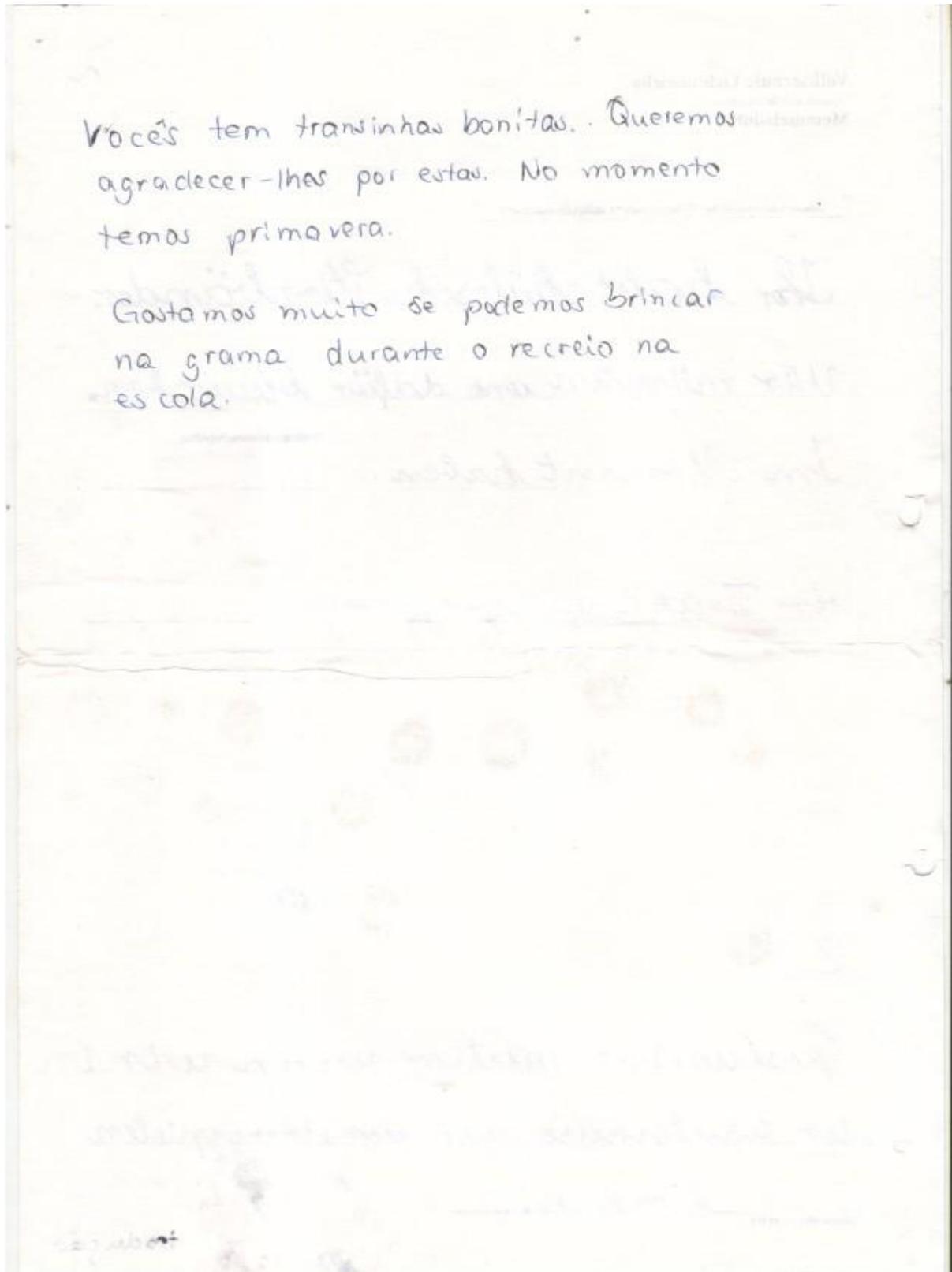
Recebemos com grande alegria a
carta de suas professoras. Estamos
felizes com a fotografia de vocês.

Figura 19 - Correspondência de criança da Alemanha para crianças no Brasil.



Fonte: arquivo da Escolinha Padre Henrique.

Figura 20 - Verso da figura 19 - Correspondência de criança da Alemanha para crianças no Brasil. Tradução: Gerdi Pessler.



Fonte: arquivo da Escolinha Padre Henrique.

Figura 21 - Correspondência de criança da Alemanha para crianças no Brasil. Tradução: Gerdi Pessler



Fonte: arquivo da Escolinha Padre Henrique.

Figura 22 - Correspondência de criança da Alemanha para crianças no Brasil. Tradução: Gerdi Pessler



Fonte: arquivo da Escolinha Padre Henrique.

Figura 23 - Correspondência de criança da Alemanha para crianças no Brasil. Tradução: Gerdi Pessler



Fonte: arquivo da Escolinha Padre Henrique.

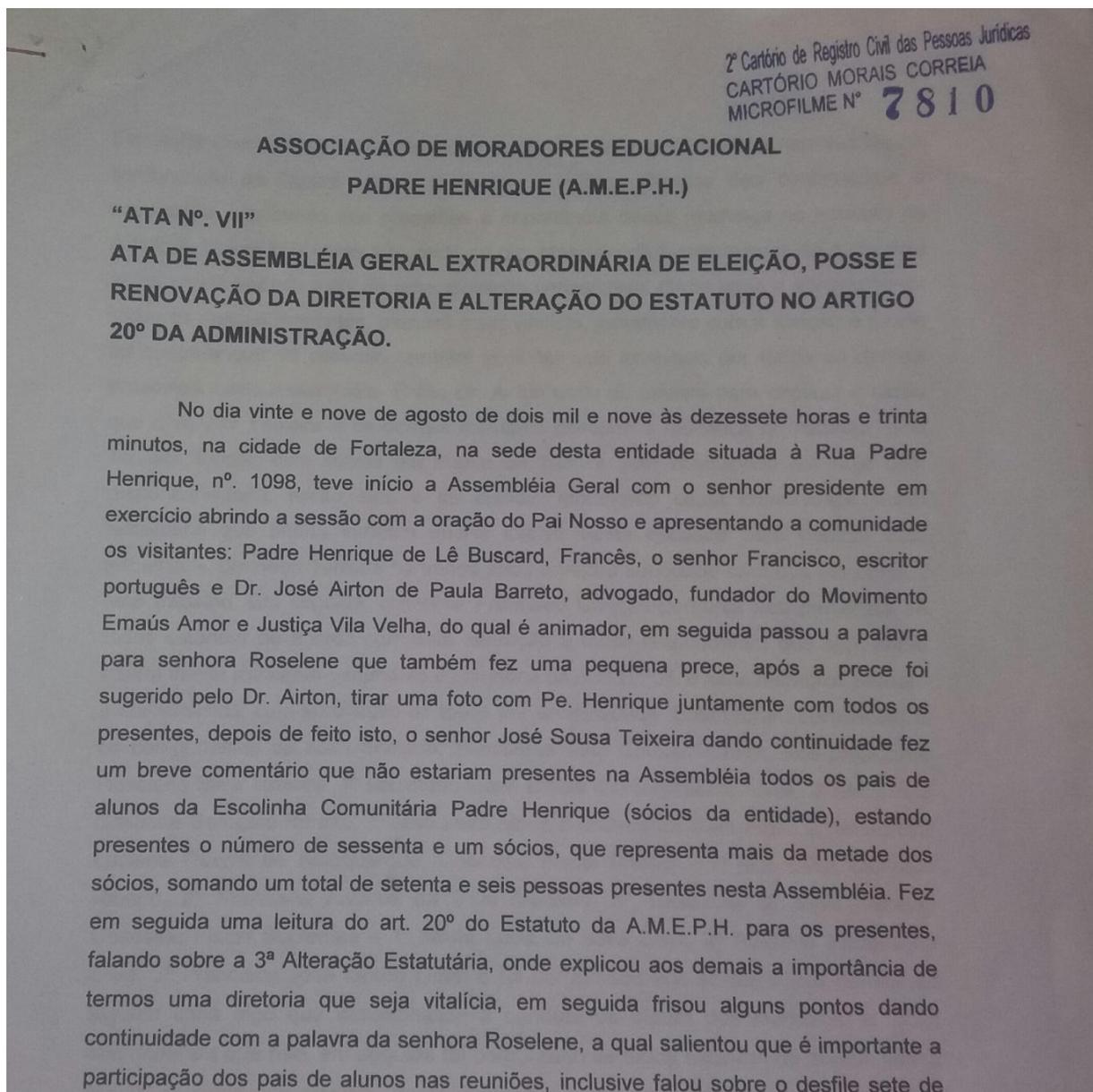
Documentos da instituição

Figura 24 - Pasta escolar com os registros de matrículas da educadora Viviane Lopes da Silva na década de 1990.

NUMERO	Viviane Lopes da Silva		
ESTANTE	Residência: Padre Henrique N. - Bairro Fone:		
COMPARTIMENTO	Escolinha Comunidade Padre Henrique		
	Fontallega	CEARA	ENTRADA
Certidão de Nascimento			
Nome	Viviane Lopes da Silva		
Nome do Pai	José Maria Lopes da Silva		
Nome da Mãe	Francisca Silva Oliveira Silva		
Data do Nascimento	15/03/1986	Local	Fontallega
Estado	Ceará		
Cadário	Registro Nº. 86.955	Livro	229 Folhas 73
Título de Eleitor			
Nº de Inscrição	Zona	Seção	
Circunscrição	Data: / /19		
Autoridade que registrou	Data: / /19		
Data da última votação	Documento Militar		
Documento apresentado	RECEBI EM 09/01/1991		
Número	Série	Categoria	
Autoridade que expediu	Data: / /19		
Eu, _____	Nome do Aluno: Viviane Lopes da Silva		
declaro que os documentos acima foram transcritos por mim e estão de acordo com os originais.			

Fonte: arquivo da Escolinha Padre Henrique.

Figura 25 - Foto do documento da Associação de Moradores Educacional Padre Henrique – Entidade mantenedora da Escolinha Comunitária Padre Henrique.



Fonte: arquivo da entidade.

Figura 26 - Foto do documento de cadastro da Escolinha Comunitária Padre Henrique.

1ª DELEGACIA REGIONAL DE EDUCAÇÃO
SEÇÃO REGIONAL DE INFORMAÇÕES E ESTATÍSTICA
SRIE

CADASTRAMENTO DE ESTABELECIMENTO DE ENSINO

De acordo com a Resolução 288/88, do Conselho Estadual de Educação, a ESCOLA Escolinha Comunitária Padre Henrique
Comunitária - situada à Rua Padre Henrique, 1197
Município Fortaleza, está CADASTRADA sob. o nº 220113890010362

Fortaleza, 13 de Abri de 1992

Fatima Maria Duarte Costa
P/ CHEFE DA SRIE.

Fonte: arquivo próprio da escola.